

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	20
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	26
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	27
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	129
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	132
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	133
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	295.020
Preferenciais	0
Total	295.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	573
Preferenciais	0
Total	573

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	5.493.701	4.864.071	4.414.744
1.01	Ativo Circulante	860.437	1.102.513	909.877
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.948	534.419	377.503
1.01.03	Contas a Receber	366.618	294.142	272.322
1.01.03.01	Clientes	366.618	294.142	272.322
1.01.03.01.01	Contas a Receber	366.618	294.142	272.322
1.01.04	Estoques	36.835	22.560	26.619
1.01.06	Tributos a Recuperar	145.735	137.563	130.689
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	145.735	137.563	130.689
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	145.735	137.563	130.689
1.01.07	Despesas Antecipadas	61.954	59.358	57.392
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	53.347	54.471	45.352
1.01.08.03	Outros	53.347	54.471	45.352
1.01.08.03.01	Titulos a receber de partes relacionadas	0	2.770	2.458
1.01.08.03.02	Dividendos	45.482	47.434	40.618
1.01.08.03.03	Outros créditos	7.865	4.267	2.276
1.02	Ativo Não Circulante	4.633.264	3.761.558	3.504.867
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	276.201	273.220	277.499
1.02.01.04	Contas a Receber	125.101	94.803	20.149
1.02.01.04.01	Contas a Receber	125.101	94.803	20.149
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	31.634	29.383	20.634
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	119.466	149.034	236.716
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	80.600	123.613	207.688
1.02.01.10.04	Depositos Judiciais	20.502	23.485	27.083
1.02.01.10.05	Outros Créditos	1.979	1.936	1.945
1.02.01.10.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.385	0	0
1.02.02	Investimentos	2.314.545	1.478.916	1.261.168
1.02.02.01	Participações Societárias	2.314.545	1.478.916	1.261.168
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.314.545	1.478.916	1.261.168

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.03	Imobilizado	1.736.155	1.789.063	1.718.459
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.227.973	1.316.816	1.273.960
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	394.938	394.659	251.282
1.02.03.02.01	Ativo de direito de uso - IFRS 16	394.938	394.659	251.282
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	113.244	77.588	193.217
1.02.04	Intangível	306.363	220.359	247.741
1.02.04.01	Intangíveis	306.363	220.359	247.741
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	71.775	76.282	84.536
1.02.04.01.02	Sistemas e aplicativos	90.115	111.252	116.322
1.02.04.01.03	Ágio em Investimentos	16.209	16.209	16.209
1.02.04.01.04	Intangível em Andamento	124.613	16.616	30.674
1.02.04.01.05	Carteira de clientes	3.651	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	5.493.701	4.864.071	4.414.744
2.01	Passivo Circulante	1.105.910	1.045.278	515.847
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.572	68.412	49.541
2.01.01.01	Obrigações Sociais	66.572	68.412	49.541
2.01.02	Fornecedores	217.900	142.091	158.782
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	217.900	142.091	158.782
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.885	39.772	52.138
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	45.586	9.485	18.602
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	7.313
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	45.586	9.485	11.289
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	29.979	30.064	32.470
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	320	223	1.066
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	630.032	695.469	98.562
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.605	1.469	1.566
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.605	1.469	1.566
2.01.04.02	Debêntures	538.668	610.321	35.737
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	86.759	83.679	61.259
2.01.05	Outras Obrigações	115.521	99.534	156.824
2.01.05.02	Outros	115.521	99.534	156.824
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	77.502	70.310	105.387
2.01.05.02.06	Valores a Restituir aos Acionistas	0	92	28.588
2.01.05.02.08	Receitas Diferidas	6.686	9.268	9.390
2.01.05.02.09	Outros	31.333	19.864	13.459
2.02	Passivo Não Circulante	2.781.309	2.362.985	2.575.670
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.505.156	2.151.454	2.408.881
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	59.263	4.769	6.238
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	59.263	4.769	6.238
2.02.01.02	Debêntures	2.112.513	1.818.997	2.203.904
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	333.380	327.688	198.739

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02	Outras Obrigações	18.457	19.434	24.292
2.02.02.02	Outros	18.457	19.434	24.292
2.02.02.02.04	Receitas antecipadas	11.529	15.721	19.913
2.02.02.02.05	Salários, provisões e encargos sociais	6.928	3.713	4.379
2.02.03	Tributos Diferidos	0	22.616	33.666
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	22.616	33.666
2.02.04	Provisões	257.696	169.481	108.831
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	205.653	147.451	89.352
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	41.627	53.954	21.244
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.142	9.689	5.275
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	153.884	83.808	62.833
2.02.04.02	Outras Provisões	52.043	22.030	19.479
2.02.04.02.06	Obrigação por aquisição de sociedade	21.651	22.030	19.479
2.02.04.02.07	Títulos a pagar	30.392	0	0
2.03	Patrim�nio Líquido	1.606.482	1.455.808	1.323.227
2.03.01	Capital Social Realizado	826.831	826.831	826.831
2.03.04	Reservas de Lucros	775.446	624.751	489.650
2.03.04.01	Reserva Legal	121.056	109.581	99.462
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	656.910	515.170	390.188
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-2.520	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.205	4.226	4.241
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	2.505

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.520.695	1.456.305	1.350.027
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-849.072	-840.586	-766.942
3.03	Resultado Bruto	671.623	615.719	583.085
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-221.009	-175.896	-136.210
3.04.01	Despesas com Vendas	-291.981	-280.092	-238.055
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-124.183	-128.233	-138.033
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-124.183	-119.955	-131.558
3.04.02.02	Honorários da Diretoria e Conselho de Administração	0	-8.278	-6.475
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	64.105	92.041	187.384
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-64.562	-59.206	-124.488
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	195.612	199.594	176.982
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	450.614	439.823	446.875
3.06	Resultado Financeiro	-299.103	-234.740	-72.968
3.06.01	Receitas Financeiras	-346.830	29.765	134.817
3.06.02	Despesas Financeiras	47.727	-264.505	-207.785
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	151.511	205.083	373.907
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	77.994	-2.707	-71.191
3.08.01	Corrente	38.993	-13.758	-42.180
3.08.02	Diferido	39.001	11.051	-29.011
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	229.505	202.376	302.716
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	229.505	202.376	302.716
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,78	0,69	1,03
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	0,69	1,03

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	229.505	202.376	302.716
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-2.505	547
4.03	Resultado Abrangente do Período	229.505	199.871	303.263

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	662.797	548.131	429.211
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	660.361	646.053	533.504
6.01.01.01	Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	151.511	205.083	373.907
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	358.878	341.124	311.567
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-195.612	-199.594	-176.982
6.01.01.05	Ganho/perda na venda de imobilizado e intangível	5.702	-2.715	8.538
6.01.01.06	Encargos financeiros líquidos sobre empréstimos e debêntures	217.732	137.663	177.097
6.01.01.07	Provisão para risco de crédito	32.763	32.260	17.608
6.01.01.08	Constituição (Reversão) de provisões	19.013	35.155	7.000
6.01.01.10	Provisão para perda de ativos – TV	0	0	62.390
6.01.01.11	Atualização monetária de crédito tributário	-10.012	-3.595	-116.200
6.01.01.12	Encargos financeiros sobre provisões e outros, líquidos	91.383	100.672	12.071
6.01.01.13	Crédito tributário - PIS e COFINS	-10.997	0	-138.302
6.01.01.14	Outros	0	0	-5.190
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.436	-97.922	-104.293
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-141.843	-138.860	-44.104
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	-14.275	4.059	-5.825
6.01.02.03	(Aumento) em Tributos a Recuperar de Circulante e Não Circulante	97.033	77.201	7.488
6.01.02.04	(Aumento) em Depósitos Judiciais	3.910	4.050	42.848
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	1.046	-2.495	4.440
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	39.646	10.489	-21.066
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Obrigações Sociais	1.375	18.205	-8.068
6.01.02.08	Aumento (redução) em impostos taxas e contribuições	36.113	-5.053	3.779
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	14.427	-9.102	9.470
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, pagos	-4.263	-16.403	-36.757
6.01.02.11	Provisões pagas	-6.367	-4.416	-7.463
6.01.02.12	Aumento em títulos a pagar	3.884	-934	1.368
6.01.02.13	(Aumento) de despesas antecipadas	-4.847	-10.715	-28.372
6.01.02.14	Redução em receitas antecipadas	-6.774	-4.314	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.15	Tarifas bancárias e outros encargos financeiros pagos	-16.629	-19.634	-22.031
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-824.385	-230.241	-391.362
6.02.01	Investimentos em Controladas	-703.600	-82.000	-117.661
6.02.02	Ativo Imobilizado e Intangível	-185.916	-203.245	-401.521
6.02.03	Dividendos Recebidos	65.131	55.004	127.820
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-176.883	-160.974	294.025
6.03.03	Pagamento de Dividendos	-66.995	-100.239	-105.288
6.03.06	Reembolso de capital a acionistas	-2.520	-61	-618
6.03.08	Adições de empréstimos e debêntures	700.000	150.000	700.000
6.03.09	Pagamento de valor principal de empréstimos e debêntures	-531.727	-1.566	-79.218
6.03.10	Pagamento de juros/variação monetária de empréstimos e debêntures	-162.692	-106.078	-147.414
6.03.11	Pagamento de passivo de arrendamento	-97.296	-77.781	-64.227
6.03.12	Pagamento de outras despesas financeiras sobre debêntures	-12.573	-25.249	-9.210
6.03.13	Pagamento de financiamento Anatel	-3.080	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-338.471	156.916	331.874
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	534.419	377.503	45.629
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	195.948	534.419	377.503

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	826.831	0	624.751	0	4.226	1.455.808
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	826.831	0	624.751	0	4.226	1.455.808
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.520	0	-76.311	0	-78.831
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.520	0	0	0	-2.520
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-76.311	0	-76.311
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	141.740	87.786	-21	229.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	229.505	0	229.505
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	141.740	-141.719	-21	0
5.05.02.06	Realização de ajuste de custo atribuído	0	0	0	21	-21	0
5.05.02.07	Lucros retidos no período	0	0	141.740	-141.740	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.475	-11.475	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.475	-11.475	0	0
5.07	Saldos Finais	826.831	-2.520	777.966	0	4.205	1.606.482

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	826.831	0	489.650	0	6.746	1.323.227
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	826.831	0	489.650	0	6.746	1.323.227
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-67.290	0	-67.290
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-67.290	0	-67.290
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	124.982	77.409	-2.520	199.871
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	202.376	0	202.376
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	124.982	-124.967	-2.520	-2.505
5.05.02.06	Realização de ajuste de custo atribuído	0	0	0	15	-15	0
5.05.02.07	Baixa de ajuste de conversão de balanço	0	0	0	0	-2.505	-2.505
5.05.02.08	Lucros retidos no período	0	0	124.982	-124.982	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.119	-10.119	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.119	-10.119	0	0
5.07	Saldos Finais	826.831	0	624.751	0	4.226	1.455.808

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.090.507	0	352.286	0	-5.865	1.436.928
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.090.507	0	352.286	0	-5.865	1.436.928
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-263.676	0	-65.646	-100.653	12.563	-417.412
5.04.09	Dividendos adicionais aprovados	0	0	-30.023	0	0	-30.023
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-100.653	0	-100.653
5.04.12	Redução de capital ref. cisão da Companhia	-263.676	0	0	0	0	-263.676
5.04.13	Baixa por cisão da Companhia	0	0	-35.623	0	12.563	-23.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	303.663	48	303.711
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	302.716	0	302.716
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	947	48	995
5.05.02.06	Realização de ajuste de custo atribuído	0	0	0	499	-499	0
5.05.02.07	Ajuste de conversão de balanço de controlada do exterior	0	0	0	0	547	547
5.05.02.08	Efeito de ajuste no patrimônio líquido de controlada	0	0	0	448	0	448
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	203.010	-203.010	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	15.136	-15.136	0	0
5.06.04	Lucros retidos no exercício	0	0	187.874	-187.874	0	0
5.07	Saldos Finais	826.831	0	489.650	0	6.746	1.323.227

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	2.294.222	2.104.351	2.381.857
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.940.904	1.866.925	1.790.821
7.01.02	Outras Receitas	64.105	92.040	187.383
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	321.976	177.646	421.260
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-32.763	-32.260	-17.607
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.027.019	-870.604	-1.023.069
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-367.262	-373.321	-352.785
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-659.757	-497.283	-670.284
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.267.203	1.233.747	1.358.788
7.04	Retenções	-358.878	-341.124	-311.567
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-358.878	-341.124	-311.567
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	908.325	892.623	1.047.221
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	243.339	229.359	311.799
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	195.612	199.594	176.982
7.06.02	Receitas Financeiras	47.727	29.765	134.817
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.151.664	1.121.982	1.359.020
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.151.664	1.121.982	1.359.020
7.08.01	Pessoal	247.349	256.397	290.956
7.08.01.01	Remuneração Direta	164.743	173.299	230.067
7.08.01.02	Benefícios	42.476	44.945	46.744
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.706	12.097	14.145
7.08.01.04	Outros	27.424	26.056	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	373.424	446.684	546.170
7.08.02.01	Federais	44.914	102.716	172.688
7.08.02.02	Estaduais	328.032	343.257	372.943
7.08.02.03	Municipais	478	711	539
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	301.386	216.525	219.178
7.08.03.01	Juros	250.148	166.139	180.736
7.08.03.02	Aluguéis	51.238	50.386	38.442

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	229.505	202.376	302.716
7.08.04.02	Dividendos	76.310	67.290	100.653
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	153.195	135.086	202.063

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	6.221.012	5.296.948	4.778.755
1.01	Ativo Circulante	1.358.599	1.457.412	1.177.270
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	280.706	612.052	424.373
1.01.03	Contas a Receber	666.387	517.896	477.254
1.01.03.01	Clientes	666.387	517.896	477.254
1.01.03.01.01	Contas a Receber	666.387	517.896	477.254
1.01.04	Estoques	89.884	40.628	36.362
1.01.06	Tributos a Recuperar	204.979	194.548	154.170
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	204.979	194.548	154.170
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar	204.979	194.548	154.170
1.01.07	Despesas Antecipadas	100.429	81.555	78.655
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.214	10.733	6.456
1.01.08.03	Outros	16.214	10.733	6.456
1.01.08.03.02	Outros	16.214	10.733	6.456
1.02	Ativo Não Circulante	4.862.413	3.839.536	3.601.485
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	522.421	428.604	365.757
1.02.01.04	Contas a Receber	174.829	127.065	24.646
1.02.01.04.01	Contas a receber	174.829	127.065	24.646
1.02.01.07	Tributos Diferidos	17.238	0	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.238	0	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	83.529	65.380	33.811
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	246.825	236.159	307.300
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	159.509	181.087	244.063
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	25.843	23.998	27.587
1.02.01.10.05	Outros Créditos	5.556	5.544	5.570
1.02.01.10.06	Direito indenizatório de provisões	55.917	25.530	30.080
1.02.02	Investimentos	1.465	126	126
1.02.02.01	Participações Societárias	1.465	126	126
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	1.465	126	126

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.03	Imobilizado	3.655.503	3.008.968	2.831.853
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.739.658	2.297.102	2.120.785
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	584.131	495.024	344.327
1.02.03.02.01	Ativo de direito de uso - IFRS 16	584.131	495.024	344.327
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	331.714	216.842	366.741
1.02.04	Intangível	683.024	401.838	403.749
1.02.04.01	Intangíveis	683.024	401.838	403.749
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	132.917	132.168	118.490
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	150.190	156.585	157.211
1.02.04.01.03	Ágios em Investimentos	216.941	80.075	80.075
1.02.04.01.04	Intangível em andamento	179.324	33.010	47.973
1.02.04.01.05	Carteira de clientes	3.652	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	6.221.012	5.296.948	4.778.755
2.01	Passivo Circulante	1.518.722	1.280.194	711.793
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	134.065	125.536	86.539
2.01.01.01	Obrigações Sociais	134.065	125.536	86.539
2.01.02	Fornecedores	415.477	242.114	244.553
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	415.477	242.114	244.553
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	415.477	242.114	244.553
2.01.03	Obrigações Fiscais	131.233	87.578	96.651
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	63.907	19.761	30.533
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	69	2.554	11.263
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	63.838	17.207	19.270
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	66.364	67.246	64.502
2.01.03.02.01	ICMS	66.364	67.246	64.502
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	962	571	1.616
2.01.03.03.01	ISS	962	571	1.616
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	702.541	722.434	123.115
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.605	1.469	1.566
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.605	1.469	1.566
2.01.04.02	Debêntures	538.668	610.321	35.737
2.01.04.02.01	Debêntures e notas promissórias	538.668	610.321	35.737
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	159.268	110.644	85.812
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamento - IFRS 16	159.268	110.644	85.812
2.01.05	Outras Obrigações	135.406	102.532	160.935
2.01.05.02	Outros	135.406	102.532	160.935
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	77.502	70.310	105.387
2.01.05.02.06	Valores a Restituir a Acionistas	0	92	28.588
2.01.05.02.08	Outros	26.373	18.670	10.791
2.01.05.02.10	Receitas antecipadas	9.197	9.455	10.535
2.01.05.02.11	Títulos a pagar	22.334	4.005	5.634

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02	Passivo Não Circulante	3.095.808	2.560.946	2.743.735
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.629.277	2.230.398	2.480.702
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	59.263	4.769	6.238
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	59.263	4.769	6.238
2.02.01.02	Debêntures	2.112.513	1.818.997	2.203.904
2.02.01.02.01	Debêntures e notas promissórias	2.112.513	1.818.997	2.203.904
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	457.501	406.632	270.560
2.02.01.03.01	Passivo de arrendamento - IFRS 16	457.501	406.632	270.560
2.02.02	Outras Obrigações	40.058	24.684	32.898
2.02.02.02	Outros	40.058	24.684	32.898
2.02.02.02.04	Receitas Diferidas	29.650	17.763	22.131
2.02.02.02.05	Salários, provisões e encargos sociais	9.736	6.330	7.241
2.02.02.02.07	Outros	672	591	3.526
2.02.03	Tributos Diferidos	71.573	75.266	67.970
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	71.573	75.266	67.970
2.02.04	Provisões	354.900	230.598	162.165
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	298.461	206.469	142.686
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	88.641	99.890	68.375
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	26.823	17.260	8.875
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	182.997	89.319	65.436
2.02.04.02	Outras Provisões	56.439	24.129	19.479
2.02.04.02.07	Obrigações por aquisição de sociedade	23.390	24.129	19.479
2.02.04.02.08	Títulos a pagar	33.049	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.606.482	1.455.808	1.323.227
2.03.01	Capital Social Realizado	826.831	826.831	826.831
2.03.01.01	Capital Social	826.831	826.831	826.831
2.03.04	Reservas de Lucros	775.446	624.751	489.650
2.03.04.01	Reserva Legal	121.056	109.581	99.462
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	656.910	515.170	390.188

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-2.520	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.205	4.226	4.241
2.03.06.01	Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	4.205	4.226	4.241
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	2.505
2.03.08.01	Outros resultados abrangentes	0	0	2.505

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.588.407	2.350.771	2.871.117
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.344.075	-1.267.044	-1.730.499
3.03	Resultado Bruto	1.244.332	1.083.727	1.140.618
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-724.326	-567.860	-582.434
3.04.01	Despesas com Vendas	-492.369	-438.427	-402.266
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-248.827	-170.173	-234.646
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-248.827	-153.370	-216.015
3.04.02.02	Honorários da Diretoria e Conselho de Administração	0	-16.803	-18.631
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	116.933	141.308	233.435
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-100.063	-100.568	-178.957
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	520.006	515.867	558.184
3.06	Resultado Financeiro	-313.256	-225.471	-101.185
3.06.01	Receitas Financeiras	61.317	54.204	155.923
3.06.02	Despesas Financeiras	-374.573	-279.675	-257.108
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	206.750	290.396	456.999
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	22.755	-88.020	-154.283
3.08.01	Corrente	1.824	-80.724	-118.395
3.08.02	Diferido	20.931	-7.296	-35.888
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	229.505	202.376	302.716
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	229.505	202.376	302.716
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	202.376	302.716
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0,69	1,03
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	0,69	1,03

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	229.505	202.376	302.716
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-2.505	547
4.02.01	Ajuste de conversão de balanços	0	-2.505	547
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	229.505	199.871	303.263
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	229.505	199.871	303.263

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	991.614	864.824	805.732
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.172.519	1.093.939	1.028.151
6.01.01.01	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	206.750	290.396	456.999
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	594.961	513.756	503.367
6.01.01.05	Perda com imobilizado e intangível	8.570	3.228	10.285
6.01.01.06	Encargos financeiros líquidos sobre empréstimos e debêntures	217.844	137.663	198.196
6.01.01.07	Provisão para risco de crédito	43.565	40.042	21.389
6.01.01.08	Constituição (Reversão) de Provisão	23.029	46.901	16.028
6.01.01.10	Provisão para perda de ativos – TV	0	0	62.390
6.01.01.11	Atualização monetária de crédito tributário	-11.329	-18.163	-116.200
6.01.01.12	Crédito tributário - PIS e COFINS	-17.612	-25.855	-138.302
6.01.01.13	Outros	0	0	-5.190
6.01.01.14	Encargos financeiros sobre provisões e outros, líquidos	106.741	105.971	19.189
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-180.905	-229.115	-222.419
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-222.417	-197.033	-66.520
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	-44.362	-4.266	-8.309
6.01.02.03	(Aumento) em Tributos a Recuperar de Circulante e Não Circulante	107.444	63.021	1.741
6.01.02.04	(Aumento) em Depósitos Judiciais	2.710	4.527	43.720
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	194	370	511
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	77.692	26.407	-15.168
6.01.02.07	Aumento (redução) em obrigações sociais	-6.808	38.086	8.618
6.01.02.08	Aumento (redução) em impostos taxas e contribuições	28.872	-364	7.760
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	-11.578	-4.902	782
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, pagos	-57.516	-84.478	-105.551
6.01.02.11	Provisões pagas	-8.730	-6.186	-13.149
6.01.02.12	(Aumento) em despesas antecipadas	-33.022	-34.469	-37.969
6.01.02.13	Aumento (redução) em Títulos a pagar	13.388	-4.468	-1.637
6.01.02.14	Redução em receitas antecipadas	-7.778	-5.448	-15.472
6.01.02.15	Tarifas bancárias e outros encargos financeiros pagos	-18.994	-19.912	-21.776

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-866.405	-487.243	-857.143
6.02.01	Investimentos em Controladas	-375.566	0	-51.428
6.02.02	Ativo Imobilizado e Intangível	-504.288	-487.243	-729.170
6.02.07	Caixa equivalentes de caixa de sociedades adquiridas - Vogel	13.449	0	0
6.02.10	Caixa e equivalente envolvido na cisão	0	0	-76.545
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-456.555	-189.902	249.904
6.03.03	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-66.995	-100.239	-105.288
6.03.05	Reembolso de capital a acionistas	-2.520	-61	-618
6.03.06	Adições de empréstimos e debêntures	700.000	150.000	785.000
6.03.07	Pagamento de valor principal de empréstimos e debêntures	-772.419	-1.566	-138.153
6.03.08	Pagamento de juros/variação monetária de empréstimos e debêntures	-162.804	-106.078	-176.748
6.03.09	Pagamento de outras despesas financeiras sobre debêntures	-16.433	-25.249	-9.751
6.03.10	Pagamento de financiamento Anatel	-3.080	0	0
6.03.11	Pagamento de passivo de arrendamento	-132.304	-106.709	-104.538
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-331.346	187.679	198.493
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	612.052	424.373	225.880
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	280.706	612.052	424.373

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	826.831	0	624.751	0	4.226	1.455.808	0	1.455.808
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	826.831	0	624.751	0	4.226	1.455.808	0	1.455.808
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.520	0	-76.311	0	-78.831	0	-78.831
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.520	0	0	0	-2.520	0	-2.520
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-76.311	0	-76.311	0	-76.311
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	141.740	87.786	-21	229.505	0	229.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	229.505	0	229.505	0	229.505
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	141.740	-141.719	-21	0	0	0
5.05.02.06	Realização de ajuste de custo atribuído a ativos	0	0	0	21	-21	0	0	0
5.05.02.07	Lucros retidos no período	0	0	141.740	-141.740	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.475	-11.475	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.475	-11.475	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	826.831	-2.520	777.966	0	4.205	1.606.482	0	1.606.482

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	826.831	0	489.650	0	6.746	1.323.227	0	1.323.227
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	826.831	0	489.650	0	6.746	1.323.227	0	1.323.227
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-67.290	0	-67.290	0	-67.290
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-67.290	0	-67.290	0	-67.290
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	124.982	77.409	-2.520	199.871	0	199.871
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	202.376	0	202.376	0	202.376
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	124.982	-124.967	-2.520	-2.505	0	-2.505
5.05.02.06	Baixa de ajuste de conversão de balanço	0	0	0	0	-2.505	-2.505	0	-2.505
5.05.02.07	Realização do custo atribuído	0	0	0	15	-15	0	0	0
5.05.02.08	Lucros retidos no período	0	0	124.982	-124.982	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.119	-10.119	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.119	-10.119	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	826.831	0	624.751	0	4.226	1.455.808	0	1.455.808

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.090.507	0	352.286	0	-5.865	1.436.928	0	1.436.928
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.090.507	0	352.286	0	-5.865	1.436.928	0	1.436.928
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-263.676	0	-65.646	-100.653	12.563	-417.412	0	-417.412
5.04.09	Dividendos adicionais aprovados	0	0	-30.023	0	0	-30.023	0	-30.023
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-100.653	0	-100.653	0	-100.653
5.04.12	Redução de capital ref. cisão da Companhia	-263.676	0	0	0	0	-263.676	0	-263.676
5.04.13	Baixa por cisão da Companhia	0	0	-35.623	0	12.563	-23.060	0	-23.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	303.663	48	303.711	0	303.711
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	302.716	0	302.716	0	302.716
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	947	48	995	0	995
5.05.02.06	Realização de ajuste de custo atribuído	0	0	0	499	-499	0	0	0
5.05.02.07	Ajuste de conversão de balanço de controlada do exterior	0	0	0	0	547	547	0	547
5.05.02.08	Efeito de ajuste no patrimônio líquido de controlada	0	0	0	448	0	448	0	448
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	203.010	-203.010	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	15.136	-15.136	0	0	0	0
5.06.04	Lucros retidos no exercício	0	0	187.874	-187.874	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	826.831	0	489.650	0	6.746	1.323.227	0	1.323.227

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	4.094.085	3.586.509	4.595.832
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.321.057	3.025.266	3.648.478
7.01.02	Outras Receitas	116.934	141.307	233.435
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	699.659	459.978	735.308
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-43.565	-40.042	-21.389
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.646.166	-1.349.348	-1.678.840
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-543.864	-524.671	-592.074
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.102.302	-824.677	-1.086.766
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.447.919	2.237.161	2.916.992
7.04	Retenções	-594.961	-513.756	-503.367
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-594.961	-513.756	-503.367
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.852.958	1.723.405	2.413.625
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	61.317	54.204	155.923
7.06.02	Receitas Financeiras	61.317	54.204	155.923
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.914.275	1.777.609	2.569.548
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.914.275	1.777.609	2.569.548
7.08.01	Pessoal	523.307	485.615	974.703
7.08.01.01	Remuneração Direta	360.823	330.761	740.213
7.08.01.02	Benefícios	90.807	90.036	176.142
7.08.01.03	F.G.T.S.	24.647	22.544	58.348
7.08.01.04	Outros	47.030	42.274	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	778.691	826.416	1.010.104
7.08.02.01	Federais	219.396	265.231	417.925
7.08.02.02	Estaduais	552.643	556.760	563.848
7.08.02.03	Municipais	6.652	4.425	28.331
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	382.772	263.202	282.025
7.08.03.01	Juros	266.248	175.771	210.144
7.08.03.02	Aluguéis	116.524	87.431	71.881
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	229.505	202.376	302.716

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04.02	Dividendos	76.310	67.290	100.653
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	153.195	135.086	202.063

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS:

A Administração da Algar Telecom tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Os valores monetários estão expressos em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi marcado pelo avanço da imunização contra a Covid-19, trazendo a retomada gradual de hábitos e atividades anteriores ao início da pandemia.

Durante o período de restrições, no entanto, percebemos que coube ao nosso setor a missão de prover as condições necessárias para garantir interação e conectividade em todas as esferas da sociedade, o que demonstra a importância e a resiliência da estrutura de Telecom no Brasil. Internamente, os desafios nos encontraram preparados nas mais diversas atividades, nos permitindo oferecer serviços e soluções de alta qualidade e fechar o ano com resultados significativos. Nossa receita líquida cresceu 10,1%, em relação ao ano anterior, e atingiu R\$ 2,6 bilhões e nosso Ebitda recorrente alcançou R\$ 1,1 bilhão, evolução de 10,1%, na mesma comparação, com margem de 43%.

Mais do que um aumento de demanda provocado pela pandemia, esses resultados revelam a assertividade de nossa estratégia de crescimento. No B2B, fomos ágeis em apoiar os clientes com soluções de conectividade e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para sustentar o crescimento de seus negócios on-line, mais demandados, e recursos como o armazenamento em nuvem, tão necessário para a interação entre as equipes durante o período de isolamento. Aos nossos clientes residenciais (B2C), estávamos prontos para oferecer banda larga sobre fibra ótica, em altas velocidades, tecnologia essa que representava 74,8% das conexões dos nossos clientes no início do ano e encerrou 2021 respondendo por 93,5%. A qualidade da conexão propiciada por nossa rede de fibra garantiu desde o trabalho remoto e o ensino a distância até opções de lazer e entretenimento aos nossos clientes.

Entendemos que vários hábitos adquiridos durante a pandemia vieram para ficar. Ainda que a sociedade retome fisicamente a convivência social, vivemos uma revolução tecnológica que caminha para tornar as interações digitais cada vez mais rotineiras. Estamos atentos a essas tendências e trabalhamos firmemente em novos formatos digitais de relacionamento com os clientes, assim como na modernização dos nossos processos internos e no desenvolvimento de novos modelos de negócios. Nos dois sentidos, o trabalho envolve pensar o mundo em transformação e buscar atender às novas necessidades da sociedade. Nessa perspectiva, aumentamos o alcance do nosso relacionamento com o Brain, instituto de ciência e tecnologia do qual somos fundadores, promovendo a sua internacionalização através de parcerias com o ecossistema de Portugal.

Ainda em 2021, conduzimos dois importantes movimentos estratégicos. Um deles foi a aquisição da Vogel Telecom, planejada considerando a característica de complementaridade à nossa rede de fibra e à nossa oferta de serviços, o que permite sinergia de impacto relevante em nossos negócios. Com a Vogel, ampliamos nossa rede em 27 mil quilômetros e recebemos 3,4 mil clientes corporativos em nosso portfólio – em regiões nobres de municípios que concentram expressivos mercados de telecom no Brasil. Foi um passo de grande importância em nossa estratégia de expansão e diversificação geográfica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em paralelo, o arremate de sete lotes de frequências no Leilão do 5G assegurou à Algar Telecom o maior espectro para essa tecnologia em sua área de atuação, garantindo aos nossos clientes todas as condições de evoluírem em suas vidas digitais. Nossa história é marcada por pioneirismo e inovação e, assim, fomos a primeira operadora a lançar, ainda em dezembro, os serviços 5G na frequência 2,3 GHz, recém adquirida, em três das principais cidades de nossa operação móvel.

As tecnologias são os meios para oferecermos o que os clientes realmente desejam: estarem sempre conectados e usufruírem da melhor experiência de conexão tanto para as suas vidas pessoais, quanto para os compromissos profissionais. Somos e seguiremos sendo uma empresa de referência na oferta de conectividade, avançando simultaneamente nos segmentos de atuação (varejo, empresas e atacado) e trabalhando para atender os anseios dos nossos clientes.

Todas as nossas conquistas de 2021 resultam do esforço e da dedicação de nossos quase 5 mil associados, do exercício de uma governança corporativa alinhada aos mais elevados padrões, do nosso compromisso com as melhores práticas ESG e da assertividade com que atuam nossas áreas de operações e de inovação, proporcionando a flexibilidade e ousadia necessárias para que consigamos nos manter sempre na linha de frente em qualidade e eficiência em nosso setor.

Entramos no ano de 2022 cientes dos desafios que a economia brasileira enfrenta nesse período, que esperamos ser o estágio final da pandemia. O aumento das taxas básicas de juros, para conter a inflação, traz impactos adicionais ao crescimento da atividade econômica em um cenário de recuperação. Por outro lado, os altos índices de vacinação no país e a retomada do setor de serviços nos levam a crer que, talvez, o período mais difícil já tenha passado. Por fim, renovamos a nossa crença no Brasil e a nossa confiança num futuro de perspectivas mais positivas e promissoras.

Jean Carlos Borges

Presidente da Algar Telecom

Luiz Alexandre Garcia

Presidente do Conselho de Administração da Algar Telecom

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. DESTAQUES DO ANO

- ✓ Crescimento de **14,8% nos clientes B2B** e de **16,7% na receita líquida** do segmento;
- ✓ Adição de mais de **950 mil chips M2M** –, um aumento de **69,0%** em relação ao ano anterior;
- ✓ Acessos **de banda larga sobre fibra** já representam **93,5%** de todos os acessos residenciais da Companhia, um **aumento de 18,7 p.p.** em relação a 2020;
- ✓ Receita líquida consolidada **creceu 10,1%** e o **segmento B2B** atingido **64%** da mesma;
- ✓ **EBITDA consolidado** atingiu **R\$ 1,1 bilhão**, com uma **margem** de **43%**.

2. PERFIL

Somos a Algar Telecom, companhia que tem na prestação de serviços de telecomunicações sobre fibra o seu core business. Atuamos em 372 cidades de 16 estados brasileiros e no Distrito Federal, tendo como foco principal os clientes B2B.

Com sede em Uberlândia, fazemos parte do grupo Algar, um dos mais importantes grupos empresariais do país, e temos 68 anos de atuação e história. Por meio de nossa moderna e extensa infraestrutura, construída com tecnologia de ponta e suportada por uma rede de aproximadamente 115 mil km de fibra ótica, dedicamo-nos ao nosso propósito: **Gente servindo Gente**. Para isso, direcionamos todos os nossos esforços para oferecer a melhor experiência aos nossos clientes, aliando a qualidade dos serviços a um atendimento próximo e eficaz.

Aos clientes B2B, compostos pelos corporativos (médias e grandes empresas) e MPes (micro e pequenas empresas), que em 31 de dezembro de 2021 somavam 183,7 mil e respondiam por 64% da nossa receita líquida, ofertamos soluções que combinam links dedicados de dados em altas velocidades com serviços de voz e de TI, que vão desde soluções de segurança de redes a armazenamento na nuvem.

No segmento de B2C, somos líderes de mercado na área em que atuamos – cidades dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul –, oferecendo soluções de internet sobre fibra ótica, telefonia celular e fixa a 1,1 milhão de clientes. No final de 2021, nossa fibra ótica já passava por 94,7% dos mais de 1 milhão de domicílios da região e 52,1% dos domicílios mantinham suas conexões de internet através da Algar Telecom.

Esses resultados são frutos do empenho dos nossos cerca de 5 mil associados, forma como denominamos nossos profissionais, dos constantes investimentos nas mais recentes tecnologias, da constante evolução das nossas práticas de governança corporativa e de uma cultura empresarial na qual sustentabilidade e inovação perpassam todas as áreas e atividades da companhia.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Durante todo o ano de 2021, as empresas de telecomunicações, sob a liderança do Ministério das Comunicações do país e da Anatel, continuaram se empenhando para garantir o pleno funcionamento das redes e dos serviços de conectividade, absorvendo o expressivo crescimento da demanda por esses serviços que se tornaram ainda mais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

essenciais no contexto da pandemia da Covid-19. Ao mesmo tempo, avanços ocorreram em importantes matérias regulatórias do setor.

Debates foram promovidos pela Anatel, por meio de consulta pública, sobre os temas relacionados à lei 13.879, que aprovou um novo modelo de telecomunicações para o Brasil, por meio do qual as operadoras poderão migrar do modelo de concessão de telefonia fixa para o de autorização, realizando investimentos em redes de banda larga de altas velocidades em áreas sem competição. As regras sobre as condições e os formatos dessa migração ainda dependem de definições, que deverão ocorrer ao longo dos próximos períodos.

Ainda nesse contexto, merece destaque o leilão do 5G, que ocorreu nos dias 4 e 5 de novembro de 2021. O referido certame foi o maior leilão de faixas de frequências da história do país e arrecadou um total de R\$ 46,8 bilhões. A Algar Telecom arrematou 7 lotes nas radiofrequências de 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz, em sua área de atuação, e passou a ter o maior espectro para essa tecnologia na região. Esse movimento assegurou a competitividade da Companhia para seguir como líder de mercado nos serviços móveis e continuar exercendo a sua vocação pela inovação, que esta tecnologia permite e os clientes desejam.

4. DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

DRE - R\$ Milhões	2020	2021	Δ%YoY
Receita Bruta	3.035,6	3.326,5	9,6%
Receita Líquida	2.350,8	2.588,4	10,1%
B2B	1.422,5	1.660,4	16,7%
B2C	928,3	928,0	(0,0%)
EBITDA	1.029,6	1.115,0	8,3%
Margem - %	43,8%	43,1%	-
EBITDA - sem efeitos pontuais ⁽¹⁾	1.008,5	1.110,5	10,1%
Margem - %	42,9%	42,9%	-
Lucro Líquido	202,4	229,5	13,4%
Margem Líquida - %	8,6%	8,9%	-

(1) Efeitos pontuais: 2021 (total de -R\$ 4,5 MM, sobretudo: +11,6 MM de créditos tributários de PIS/Cofins e - R\$ 16,7 MM de provisões em processos judiciais com concessionárias de rodovias);
2020 (total de +R\$ 21,1 MM, sobretudo: +28,5 MM de baixa de débitos com terceiros relativos a processo de conversão de ações; R\$ +25,8 MM de créditos tributários de PIS/Cofins e R\$ - 28,9 MM referentes a constituição de provisões para contingências), conforme já divulgado.

SEGMENTO B2B

Em 2021 o número de clientes B2B da Algar Telecom cresceu 14,8% e atingiu 183,7 mil. Os clientes corporativos (médias e grandes empresas) passaram de 16,5 mil, em dezembro de 2020, para 20,4 mil, em dezembro de 2021, um aumento de 24,2%. As micro e pequenas empresas (MPEs), por sua vez, somavam 143,5 mil em 2020 e encerraram 2021 em 163,3 mil, um crescimento de 13,8%. Esse desempenho é resultado tanto do movimento de expansão geográfica da Companhia, quanto da aquisição da Vogel Telecom, em agosto de 2021, permitindo que os 183,7 mil clientes desse segmento usufruam dos variados serviços prestados por meio da nossa rede de fibra ótica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A receita líquida gerada pelo segmento B2B totalizou R\$ 1.660,4 milhões, uma evolução de 16,7% em relação a 2020, e respondeu por 64% da receita total líquida da Companhia.

SEGMENTO B2C

Ao longo dos últimos anos, a Algar Telecom vem reforçando o seu posicionamento na prestação de serviços sobre fibra ótica ao segmento residencial (B2C), ofertando planos de banda larga sobre fibra combinados aos serviços de telefonia móvel e fixa.

No final de 2021 nossa fibra ótica passava por 94,7% dos mais de 1 milhão de domicílios da nossa região de atuação e 52,1% desses domicílios tinha conexão Algar Telecom. Como resultado, dos nossos 506 mil clientes residenciais de banda larga, 473 mil estavam conectados a fibra ótica (93,5%). Somando esses valores aos do segmento B2B, a Algar Telecom apresentava, ao final do ano, 704,4 mil acessos em fibra (de um total de 747,8 mil - 94,2%), com clientes usufruindo de um serviço que propicia mais qualidade e velocidade no tráfego de dados.

A receita líquida gerada pelos clientes B2C totalizou R\$ 928,0 milhões no ano. Desconsiderando as receitas de TV paga, produto descontinuado em dezembro de 2020, o crescimento anual seria de 2,9%, fruto das maiores receitas com banda larga, telefonia móvel e serviços adicionados, que mais do que compensaram a queda das outras linhas de receita.

RECEITA OPERACIONAL CONSOLIDADA

No ano de 2021, a receita líquida consolidada da Algar Telecom atingiu R\$ 2.588,4 milhões, um crescimento de 10,1% em relação ao ano de 2020 impulsionado, sobretudo, pelo desempenho do seu segmento B2B (+16,7%).

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais consolidados, excluindo amortização e depreciação, totalizaram R\$ 1.473,4 milhões em 2021, um aumento de 11,5% em relação a 2020. Desconsiderando os efeitos pontuais que impactaram esses 2 anos, + R\$ 21,1 milhões em 2020, conforme já divulgado, e - R\$ 4,5 milhões em 2021, o aumento seria de 9,4%. As principais variações ocorreram nas contas de serviços de terceiros, meios de conexão e pessoal, em linha com o movimento de expansão da companhia e impactadas, ainda, pontualmente, por despesas com os processos de aquisição e integração da Vogel Telecom.

EBITDA

O EBITDA da Algar Telecom alcançou R\$ 1.115,0 milhões no ano. Excluindo os efeitos pontuais, de ambos os períodos da comparação, a evolução anual foi de 10,1% e a margem de 42,9%.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido consolidado da Algar Telecom, no ano de 2021, foi de R\$ 229,5 milhões, um aumento de 13,4% frente ao valor de R\$ 202,4 milhões registrado em 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

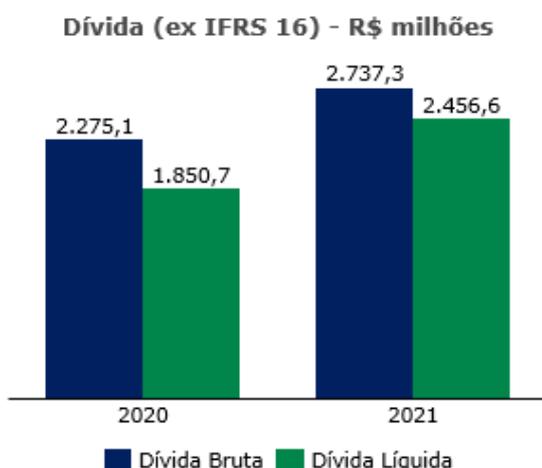
5. INVESTIMENTOS

Ao longo de 2021 a Algar Telecom investiu R\$ 690,9 milhões destinados, sobretudo, à expansão e conexão de novos clientes. Somado ao investimento realizado na Vogel Telecom, o total investido foi de R\$ 1.068,5 milhões.

R\$ milhões	2020	2021	Δ%YoY
Expansão de Redes e Clientes	389,2	589,6	51,5%
Manutenção da Operação	72,5	101,3	39,8%
Total	461,7	690,9	49,6%
Investimentos em controladas	0,0	377,6	-
Investimentos - Ex IFRS 16	461,7	1.068,5	131,4%
IFRS 16	276,1	130,8	-
Saldo Total	737,8	1.199,3	62,6%

6. ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 a dívida bruta da Algar Telecom era de R\$ 2.737,3 milhões, 11,5% superior à de 2020. A dívida líquida, por sua vez, contabilizou R\$ 2.456,6 milhões, 33,3% superior. Esses crescimentos são decorrentes, sobretudo, da captação, efetuada em agosto de 2021 no valor de R\$ 700 milhões, por meio da 11ª emissão pública de debêntures da Companhia, para financiar a aquisição da Vogel Telecom. Como resultado desse movimento, o indicador Dívida Líquida/EBITDA encerrou o ano em 2,2x. Considerando o efeito do IFRS 16 a dívida líquida de 2021 foi de R\$ 3.073,4 milhões.



7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E CORPORATIVA (ESG)

A Algar Telecom foi eleita a empresa de Telecom mais sustentável do País, por sete vezes consecutivas, pelo Guia Exame de Sustentabilidade, e, em 2021, a melhor Telecom em práticas ESG, pela mesma publicação.

Esse reconhecimento confirma a nossa forma de atuação nos negócios, expressa em nossa Missão: **"Servir e integrar pessoas e negócios de forma sustentável"** e em nossos valores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estamos comprometidos com as iniciativas locais e globais relacionadas às práticas ESG e criamos espaços de discussão com stakeholders e grupos de afinidade para tratar temas prioritários para a Companhia. Somos signatários do Pacto Global da ONU desde 2017 e estamos comprometidos com os 10 princípios em direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, que são aplicados no nosso dia a dia e na sensibilização de toda a nossa rede de relacionamento. Realizamos um estudo detalhado dos ODS e metas que apresentavam relação direta com os nossos negócios e, entre os 17 objetivos, identificamos 10 com os quais contribuímos direta ou indiretamente. Fazemos parte, ainda, da Rede Desafio 2030, Hub regional em Minas Gerais da Rede Brasil do Pacto Global, criada para difundir competências, experiências e projetos que orientem a estratégia para cumprimento dos ODS e promovam a sustentabilidade empresarial nas variadas regiões dos negócios, posicionando as empresas participantes como referências no tema.

AMBIENTAL

No eixo ambiental, há mais de 11 anos desenvolvemos projetos e iniciativas com o objetivo de garantir a governança climática efetiva da nossa operação e o engajamento das partes com as quais a companhia se relaciona, contribuindo para uma agenda conjunta de preservação do meio ambiente. Entre estas iniciativas destacam-se o gerenciamento das nossas emissões de gases de efeito estufa, iniciativas de eficiência energética, gestão sustentável da frota e a correta destinação dos resíduos.

SOCIAL

Aqui na Algar Telecom, antes de mais nada, somos Gente servindo Gente.

Além de estarmos presentes nas maiores cidades do país, mantemos o propósito de tornar nossos serviços acessíveis a públicos de regiões remotas e carentes. Planejamos produtos e preços adequados para esses clientes e temos ciência do papel da comunicação e da tecnologia na empregabilidade, educação e informação das pessoas, entre outros aspectos. Vale mencionar que a Algar Telecom foi a primeira operadora do Brasil a vender planos pré-pagos para celulares e a comercializar telefones móveis desbloqueados.

Consideramos o capital humano o principal desafio e a principal oportunidade das empresas para o futuro. Por isso, o cuidado com nossa gente é prioridade estratégica, razão pela qual buscamos sempre a satisfação de nossos associados em relação ao ambiente de trabalho, às possibilidades de desenvolvimento profissional e construção de carreiras, e às condições de segurança e de saúde. Todo esse cuidado ficou ainda mais importante no contexto da pandemia da Covid-19. Durante 2021 mantivemos os modelos de trabalho remoto e híbrido, de acordo com a situação, e seguimos monitorando de perto a saúde de nosso time e todo o cuidado necessário para um trabalho seguro por parte dos nossos técnicos de campo e atendentes de lojas. Mesmo diante dos desafios, conseguimos manter um ambiente de trabalho bem positivo. Tanto que fomos reconhecidos entre as melhores empresas para trabalhar em 2021 pelo Great Place To Work.

Para a Gente da nossa comunidade apoiamos, há mais de 20 anos, por meio do Instituto Algar, programas sociais estruturados e de médio prazo, que buscam contribuir com a formação de crianças, adolescentes e jovens, por meio da educação, cultura, esporte e do voluntariado. Vemos cada beneficiado dos programas como um agente de transformação tanto familiar quanto comunitário e isso inspira as nossas ações. Em 2021, os programas beneficiaram 4,8 mil crianças, adolescentes e jovens. Além disso, as atividades pontuais de formação, somadas às ações voluntárias, impactaram mais de 36 mil pessoas. Para atingir esses resultados, contamos com 86 organizações sociais, 2 proponentes culturais e 6 esportivos e investimos R\$ 1,9 milhão, de forma direta.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A adoção de boas práticas de governança corporativa, e sua constante evolução, faz parte da história da Algar Telecom.

Mesmo não sendo uma companhia listada, a empresa mantém uma robusta estrutura de governança por acreditar na importância da independência e da diversidade de idéias no processo decisório para a perenidade dos negócios. O Conselho de Administração da Algar Telecom é composto por seis membros efetivos, sendo 2 independentes com reconhecida experiência de mercado. Dois comitês de assessoramento, não deliberativos, contribuem com o Conselho de Administração: (i) Auditoria e Gestão de Riscos e (ii) Gente. A Companhia possui, ainda, estruturas de compliance e gestão de riscos, além de auditorias interna e externa, e ambas se reportam ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

Acumulamos doze emissões públicas de debêntures e uma de notas promissórias, fruto de um relacionamento direto que mantemos com o mercado de capitais desde 2007 e, para isso, trabalhamos para garantir que a divulgação de informações sobre o nosso negócio seja ampla, completa e tempestiva, possibilitando as devidas análises pelo mercado.

8. PRÊMIOS, RECONHECIMENTOS E CERTIFICAÇÕES

Ao longo de 2021, a Algar Telecom foi reconhecida por meio de prêmios, homenagens e rankings elaborados por respeitadas publicações. Listamos a seguir algumas das nossas principais conquistas ao longo do ano:

Talentos Humanos

- *Great Place to Work®* - Brasil
Melhores Empresas para Trabalhar na área de TI no Brasil
- *Great Place to Work®* - Brasil
Melhores empresas para Trabalhar no Brasil

Setorial

- Anuário Telecom
Empresa destaque do ano no segmento de Serviços Corporativos

Inovação

- Prêmio Top Open Corps
A Telecom mais aberta ao ecossistema de inovação
- Prêmio Valor Inovação Brasil
Segunda empresa mais inovadora no setor de Telecomunicações

ESG

- Guia EXAME ESG
Eleita a Telecom com as melhores práticas ESG

Atendimento

- Prêmio Cliente SA
Líder em Operação B2B

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9. PERSPECTIVAS

Ainda que tenhamos tido avanços ao longo de 2021, a economia brasileira está diante de um cenário desafiador para 2022.

Se por um lado a evolução da imunização contra a covid-19 tenha propiciado uma recuperação do setor de serviços ao longo do ano anterior e uma queda da taxa de desemprego, o aumento das taxas de juros, visando conter a inflação, e o cenário de incerteza política, em um ano de eleições, devem resultar em ainda maiores desafios para todos no país, incluindo a Algar Telecom.

De nossa parte, 2022 já tem parcela da expansão contratada após a aquisição da Vogel e de nosso ingresso no mercado de 5G, onde já começamos a atuar. Será um ano de muito trabalho relacionado à integração das operações e à captura e sinergias com a empresa adquirida, envolvendo também a assimilação de nossa cultura empresarial para fortalecer sempre o nosso propósito "**Gente servindo Gente**".

Desejamos mais um ano de significativo avanço no processo de transformação tecnológica, assim como no desenvolvimento de soluções e serviços que atendam às novas demandas de uma sociedade cada vez mais digitalizada, aprimorando também nossos processos e criando novos modelos de negócios.

Estamos conscientes dos desafios adicionais dado o cenário político-econômico brasileiro de 2022, mas estamos seguros de nossa capacidade de enfrentar esses desafios porque contamos com um time de altíssima qualidade e experiência, uma governança corporativa que atende aos mais elevados padrões de mercado, incluindo os princípios ESG e, finalmente, o nosso foco e nossa vocação para o pioneirismo e inovação. Assim, estamos confiantes em continuarmos crescendo e levando aos nossos clientes produtos e serviços de dados, TI e voz sempre alicerçados em nosso diferenciado relacionamento e atendimento.

10. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. Conforme o disposto na Instrução CVM nº 381/03, art. 2º, informamos que neste exercício, a referida empresa não prestou quaisquer outros serviços que não de auditoria para a Algar Telecom.

O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a dados operacionais tais como base de clientes, número de acessos e de associados, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ANEXO: CONCILIAÇÃO DO EBITDA (LAJIDA)**

Conciliação do EBITDA (LAJIDA) – R\$ Milhões	31/12/2020	31/12/2021
EBITDA (LAJIDA) (Instrução CVM nº 527)¹	1.029,6	1.115,0
Depreciação e amortização	(513,8)	(595,0)
Resultado operacional antes do resultado financeiro, da equivalência patrimonial e do imposto de renda e contribuição social (conforme DRE e nota explicativa nº 30 - informações por segmento)	515,9	520,0

(1) Medição não contábil calculada conforme Instrução CVM nº 527.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Algar Telecom S.A. (“Algar Telecom” ou “Companhia”), com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, é uma sociedade por ações de capital aberto e suas principais atividades são a prestação de serviços de telefonia fixa e celular, e de comunicação de dados, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhe foram outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

A Companhia é a *holding* operacional do segmento de telecomunicações do Grupo Algar, cujas operações, incluindo as exercidas por suas controladas, abrangem a prestação de serviços de telefonia fixa e celular, telecomunicações e multimídia, comunicação de dados, internet em banda larga, engenharia de telecomunicações, revenda de equipamentos e outros relacionados com as atividades de telecomunicações.

Em 31 de dezembro de 2021 o passivo circulante superou o ativo circulante em R\$ 245.473 mil e R\$ 160.123 mil, individual e consolidado, respectivamente, devido, principalmente, à classificação de dívidas com debêntures para o passivo circulante, conforme amortizações previstas nas escrituras das emissões para o próximo exercício social. Esta configuração da posição financeira da Companhia encontra-se equalizada, em virtude da sua 12ª emissão de debêntures, cuja liquidação ocorreu em 8 de fevereiro de 2022 (nota explicativa nº 37).

As operações da Companhia e das suas controladas não apresentam sazonalidade relevante.

Concessões e autorizações

Os serviços ofertados pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. As concessões e autorizações vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, abrangendo a Companhia e as controladas Algar Multimídia, Algar Soluções e a Smart e Vogel estão descritas, em resumo, conforme quadro abaixo.

Notas Explicativas**1. Contexto operacional--Continuação****Concessões e autorizações --Continuação**

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
Algar Telecom	Concessão para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC")	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	31/12/2025
	Autorização para prestação do STFC longa distância internacional	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
	Autorização para prestação do STFC local e longa distância nacional	Todas as regiões do Brasil, exceto área de concessão.	Indeterminado
	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
	Autorização para prestação do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
	Autorizações para prestação do Serviço Móvel Pessoal "SMP"	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	Vinculado ao vencimento das outorgas de radiofrequências
	Autorização para prestação de SMP na frequência de 850 MHz denominado Banda A	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	15/01/2023
	Autorização para prestação de SMP nas frequências em 1.900 MHz e 2.100 MHz	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	28/04/2023, renováveis por mais 15 anos.
	Autorização para prestação de SMP na frequência 1.800 MHz, denominado Banda H	Estado de Minas Gerais, em cidades com códigos de área 34, 35 e 37, exceto região do Triângulo Mineiro.	28/04/2023 renováveis por mais 15 anos.
	Autorização para prestação de SMP com a tecnologia 4G, na frequência 700 MHz	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	08/12/2029, renováveis por mais 15 anos.
Autorização para prestação do SMP com a tecnologia 5G nas frequências de 2.3 GHz, 3.5 GHz e 26 GHz	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	06/12/2041, renováveis por mais 20 anos	
Algar Multimídia	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
Algar Soluções	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
Smart	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
Vogel	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM e do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Eventos relevantes ocorridos em 2021

a) Combinação de negócios

Aquisição da Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A.

Em 7 de maio de 2021, foi celebrado o contrato de compra e venda das ações da Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A, empresa atuante no setor de telecomunicações, cuja adquirente foi a Algar Soluções em TIC S.A., controlada da Companhia. O referido contrato foi aditado em 23 de junho de 2021 e a conclusão da operação (*closing*) ocorreu em 16 de agosto de 2021, confirmando a aquisição de 100% das ações da sociedade.

A Vogel é uma empresa de Telecomunicações, 100% dedicada ao mercado de empresas e atacado, que oferta serviços de conectividade de alta capacidade. Tem presença em 150 cidades de 13 estados e Distrito Federal e uma rede de cerca de 27 mil km de fibra ótica em cidades e regiões que concentram potencial de consumo em Telecom e TI, que somada à rede atual da Companhia, totalizará mais de 110 mil Km de Fibras Ópticas.

Esta aquisição está alinhada à estratégia de crescimento da Algar Telecom e vem adicionar valor à Companhia e a seus acionistas por meio (i) de relevantes sinergias operacionais que, em razão da complementariedade entre as redes, justificam a operação; (ii) de sua entrada imediata em novas localidades geográficas; (iii) da adição das micro e pequenas empresas dessas regiões à sua carteira de clientes; e (iv) da disponibilização de seu portfólio TIC aos clientes corporativos atuais e futuros.

A Transação de compra e venda foi concretizada após cumpridas as condições precedentes normais nesse tipo de operação, incluindo as autorizações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ambas já concedidas sem restrições, respectivamente nas datas de 25 de junho e 30 de julho de 2021.

Considerando que a aquisição das ações da Vogel Telecom, pela Algar Soluções em TIC S.A, representa investimento relevante, nos termos do artigo 256 da Lei das S.A., a aludida aquisição foi submetida aos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 16 de agosto de 2021, dando por aprovada e concluída a operação de compra e venda.

A aquisição resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, visto que a Algar Soluções passou a deter o controle total da Vogel através do pagamento em caixa. A contraprestação inicialmente transferida, à vista, foi de R\$ 367.187, em agosto de 2021 com outra parcela de R\$ 8.379 paga em novembro de 2021, restando R\$ 2.000 a pagar, como parcela retida para eventual ajuste de preço em favor da Companhia adquirente.

Conforme previsto na cláusula 7 (Indenização) do contrato de compra e venda, a Algar Soluções, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da Vogel (*closing*). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$ 35.873.

No que tange ao Procedimento Arbitral, conforme cláusula 7.7.5.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado na citada data, a responsabilidade integral pelo pagamento de qualquer obrigação decorrente deste procedimento é do fundo Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Notas Explicativas

1. Contexto operacional--Continuação

Eventos relevantes ocorridos em 2021--Continuação

a) Combinação de negócios--Continuação

A alocação do valor pago dos ativos e passivos adquiridos foi realizada com base no balanço especial levantado em 16 de agosto de 2021 e laudo de avaliação preparado por avaliador independente. Os custos relacionados à aquisição, foram registrados como despesa do período.

Por não ter havido uma alocação da totalidade do valor pago na transação, aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, foi apurado um ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) no montante de R\$ 105.298. A alocação aos ativos identificados revelou uma mais valia de R\$60.142, integralmente correspondente ao ativo imobilizado, principalmente redes de telecomunicações, compostas por fibras ópticas e torres.

Notas Explicativas**1. Contexto operacional--Continuação****Eventos relevantes ocorridos em 2021--Continuação**

a) Combinação de negócios--Continuação

O balanço patrimonial da sociedade adquirida, na data base da aquisição (16 de agosto de 2021) está apresentado a seguir:

ATIVO	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	13.449
Contas a receber	26.431
Estoques	3.499
Tributos a recuperar	5.381
Despesas antecipadas	4.001
Outros créditos	480
Total do ativo circulante	<u>53.241</u>
Ativo não circulante	
Realizável a longo prazo	36.880
Tributos a recuperar	12.628
Títulos a receber de partes relacionadas	8.450
Depósitos garantia de reembolso de contingências	8.367
Depósitos judiciais	4.554
Outros créditos	2.881
Imobilizado	403.021
Intangível	105.960
Arrendamento mercantil	99.461
Total do ativo não circulante	<u>645.322</u>
Total do ativo	<u>698.563</u>
PASSIVO	
Passivo circulante	
Empréstimos e financiamentos	239.761
Arrendamento mercantil	49.261
Fornecedores	10.793
Obrigações sociais e trabalhistas	14.535
Impostos, taxas e contribuições a pagar	17.568
Outras obrigações trabalhistas	17.389
Outras obrigações	17.249
Total do passivo circulante	<u>366.556</u>
Passivo não circulante	
Títulos a pagar	3.100
Arrendamento mercantil	55.375
Provisões (contingências)	44.414
Receitas antecipadas	16.992
Total do passivo não circulante	<u>119.881</u>
Patrimônio líquido	<u>212.126</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>698.563</u>
<u>Ágio por rentabilidade futura:</u>	
Contraprestação transferida	377.566
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos (*)	<u>272.268</u>
Ágio por rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	<u>105.298</u>

(*) Os valores estão líquidos de Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas Explicativas**1. Contexto operacional--Continuação****Eventos relevantes ocorridos em 2021--Continuação**

a) Combinação de negócios--Continuação

Ainda dentro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o ágio por rentabilidade futura apurado na operação de aquisição da Vogel foi ajustado, devido a movimentações contábeis vinculadas ao saldo de abertura, base 16/08/2021, conforme segue:

Ágio por rentabilidade futura conforme laudo (PPA)	105.298
<u>Ajustes:</u>	
Ativo indenizatório de provisões constituído na adquirente	(35.873)
Ativo de arrendamento (IFRS 16) reconhecido na adquirida, contra patrimônio líquido	(9.238)
Saldo contábil do ágio (goodwill) em 31/12/2021	60.187

b) Leilão do 5G da ANATEL

A Companhia arrematou lotes no leilão do 5G, realizado pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, com o propósito de ofertar o direito de uso de radiofrequências. Esta nova tecnologia vai dar mais velocidade nas conexões de internet e mais estabilidade na navegação, entregando os melhores serviços aos nossos clientes e contribuindo para a digitalização do Brasil. Todos os termos de autorização foram assinados e estão publicados no Diário Oficial da União de 08/12/2021

O investimento referente ao leilão foi de R\$ 61.593, correspondente à outorga junto à ANATEL, será pago mediante parcelamento por um período de até 20 anos.

O contrato de aquisição dos lotes do leilão 5G, estabelece compromisso de investimento, pela Companhia, para atender a diversos municípios com menos de 30 mil habitantes, com serviços de telecomunicações, além do investimento de R\$ 37.990, com a finalidade de disponibilizar serviços de internet a escolas, conforme previsto nos termos do leilão, especificamente para as frequências de 26 GHz. Esse investimento, com montante previsto no contrato do leilão, será pago em parcelas semestrais, cujo passivo foi registrado na rubrica "Provisões para investimento.

Os lotes adquiridos pela Algar Telecom são regionais, sendo:

Número de Lotes	Frequência-Espectro	Espectro Total
1	3,5 Ghz	80 MHz
1	2,3 Ghz	40 MHz
5	26 GHz	1.000 MHz

Notas Explicativas

2. Bases de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2022.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individual e consolidado, estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas com sede no Brasil.

Notas Explicativas

2. Bases de preparação - Continuação

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação societária vigente e normas contábeis aplicáveis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber;
- Nota Explicativa nº 9 - Imposto de renda e contribuição social;
- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado;
- Nota Explicativa nº 12 - Intangível;
- Nota Explicativa nº 13 - Ativo de direito de uso
- Nota Explicativa nº 20 - Provisões e depósitos judiciais.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

a) Bases de consolidação

i) *Controladas*

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, tem poder que lhe assegure, de forma permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas integram a consolidação a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

ii) *Controladas diretas e indiretas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas*

	Participação percentual (%) em 31/12/2021 e 31/12/2020	
	No capital social	No capital votante
<u>Participações diretas:</u>		
Algar Multimídia	100	100
Algar Soluções	100	100
Smart Telecomunicações	100	100
Vogel Telecom (controlada indireta - adquirida em 16/08/2021)	100	100

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas as informações contábeis individuais das controladas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da controladora.

Os procedimentos de consolidação utilizados pela Companhia são os previstos no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e *IFRS 10 - Consolidated Financial Statements*

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa correspondente nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira, convertido pela taxa correspondente ao final do exercício.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

b) Transações em moeda estrangeira—Continuação

Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são convertidos para a moeda funcional da entidade na taxa correspondente ao fechamento do período que o valor justo foi determinado. Diferenças em moedas estrangeiras decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa da data da transação.

c) Ativos circulantes e não circulantes

i) *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras considerados de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo e que são resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de sua aplicação.

ii) *Investimentos*

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas e em coligadas nas quais a Companhia exerce influência administrativa significativa, bem como os investimentos em sociedades do mesmo grupo ou que estejam sob o controle comum.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável.

iii) *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria entidade incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que ele esteja em condições de ser utilizado para os fins previstos pela entidade, além de custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais esses ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

Notas Explicativas**3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação**c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuaçãoiii) *Imobilizado*

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte desse ativo.

Quando partes de um item do ativo imobilizado possuem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada entre o valor de alienação e o valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Reconhecimento e mensuraçãoDepreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada para o ativo, conforme segue:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2021	31/12/2020
Edifícios e benfeitorias	26	26
Equipamentos de comutação	9	9
Equipamentos de terminais	7	7
Equipamentos e meios de transmissão*	21	21
Equipamentos de energia e climatização	10	10
Infraestruturas	29	29
Veículos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Equipamentos de processamento de dados	7	7

Ativos arrendados são depreciados pelo período mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que a Companhia tenha a intenção de obter sua propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

iii) *Imobilizado - Continuação*

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

iv) *Intangível*

Ágio

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos identificáveis assumidos.

Caso a reavaliação conclua que os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa

O ágio por rentabilidade futura, resultante de uma aquisição de negócios, é submetido ao teste de recuperabilidade pelo menos anualmente e, quando aplicável, é apresentado deduzido de eventuais ajustes para refletir o valor recuperável.

Concessões e autorizações

A Companhia reconhece um ativo intangível, decorrente de contratos de concessão ou autorização, quando comprovada a utilização pelos usuários finais de infraestrutura ou de algum direito de exploração, como nos casos do direito de uso do espectro de ondas de radiofrequência - PPDUR e direito de uso de *Backbone*, entre outros.

Outros ativos intangíveis

As licenças de programas de computador (“*softwares*”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Notas Explicativas**3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação**c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

iv) Intangível--Continuação

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados ao ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de informação	7	7
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	17	17
Direito de uso TV por Satélite-DTH**	-	15
Direito do uso de <i>Backbone</i> *	17	18
Marcas e patentes	7	7
Outorgas regulatórias	14	14
Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas	3	3

* As vidas úteis são conforme contratos de direito de uso.

** Serviço não mais prestado pela Companhia.

v) *Ativos e passivos financeiros**Reconhecimento inicial*

A Companhia reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a Companhia realiza uma classificação do mesmo, tendo por base as três categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR") e mensurá-lo de acordo com os critérios mencionados abaixo.

O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurado subsequentemente ao custo amortizado, observadas certas exceções expressas no CPC 48.

A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros é reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação.

Notas Explicativas**3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação**c) Ativos circulantes e não circulantes – Continuaçãov) *Ativos e passivos financeiros*--Continuação*Desreconhecimento de ativo financeiro*

Um ativo financeiro é desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento.

Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia realiza a baixa do passivo financeiro (no todo ou em parte) de seu balanço patrimonial apenas quando ele for extinto, tendo por liquidada, cancelada ou expirada a obrigação especificada no contrato.

Classificação de instrumentos financeiros

A classificação do ativo financeiro tem por base o modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A classificação do valor justo observa, dentre outras orientações aplicáveis, os seguintes critérios:

- i) a parcela da alteração no valor justo que está relacionada às alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes;
- ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Esta condição não se aplica aos itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

v) *Ativos e passivos financeiros* - Continuação

Classificação de ativos financeiros

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro requer que ele seja mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições:

- o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal não liquidado.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se atender às duas seguintes condições:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios, sendo o objetivo alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o saldo a pagar do valor principal.

Os demais ativos financeiros são todos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, em caráter irrevogável, um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, o que poderá garantir a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo.

Redução ao valor recuperável

Os requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

v) *Ativos e passivos financeiros* - Continuação

Reconhecimento de perda de crédito esperada

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais são aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

A Companhia aplica os requisitos de redução ao valor recuperável para o reconhecimento e mensuração de provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa provisão é contabilizada em outros resultados abrangentes, não reduzindo o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial.

Na data do balanço é mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, é feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses.

O valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço é reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável.

vi) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

vi) Ativos não financeiros - Continuação

Redução ao valor recuperável

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos dessa UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

d) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

i) *Concessão e autorização de serviços de telecomunicações a pagar*

O valor devido é registrado com base em atos expedidos pela ANATEL, no percentual de 2% da receita líquida abrangida pela concessão, relativa ao serviço telefônico fixo comutado (STFC), e 2% sobre a receita líquida de serviço móvel pessoal (SMP). Considera-se a receita apurada no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais.

ii) *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

iii) *Benefícios a empregados*

Plano de pensão

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

d) Passivos circulantes e não circulantes - Continuação

iii) *Benefícios a empregados* - Continuação

Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

iv) *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tem que ser realizado.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

d) Passivos circulantes e não circulantes - Continuação

iv) *Imposto de renda e contribuição social* - Continuação

A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia e suas controladas a mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia e suas controladas praticam a divulgação dos tributos diferidos ativos ou passivos líquidos nas demonstrações financeiras. . A controlada Algar Soluções é isenta da contribuição social sobre o lucro líquido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável

v) *Arrendamento mercantil financeiro*

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia é parte como arrendatária, e detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros (CPC-06_R1, norma válida até 31 de dezembro de 2018, entrando em vigor no dia 1º de janeiro de 2019 a versão R2 com alterações relevantes). O reconhecimento contábil é feito no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A Companhia possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e leaseback financeiro, envolvendo a cessão de direito e uso de torres, que são ativos reversíveis à Anatel, e o concomitante arrendamento de parte do mesmo ativo cedido.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

e) Reconhecimento de receitas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

i) *Venda de serviços de telefonia fixa, telefonia móvel e banda larga*

As receitas relativas a esses serviços são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de assinatura, de utilização, de uso da rede, de manutenção e de outros serviços prestados aos assinantes e clientes. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. A receita referente à venda dos créditos de recarga de telefones celulares pré-pagos é diferida e reconhecida no resultado à medida que esses créditos são efetivamente consumidos.

ii) *Locação de equipamentos*

As receitas são geradas via locação de modems relacionados a prestação de serviços de banda larga a clientes do segmento varejo, e também via locação de roteadores e switches relacionados a prestação de serviços de internet link a clientes corporativos. Estes valores são reconhecidos mensalmente durante a vigência contratual.

iii) *Operações de permuta de bens e serviços*

As entidades Algar Telecom e Algar Multimídia possuem operações de permuta de ativos e de serviços, ou seja, troca de serviços e troca de infraestruturas com empresas do mesmo setor ou de setores distintos. Tais receitas são reconhecidas por seu valor justo e são reconhecidas por seu valor justo pelo regime de competência no momento em que há a transferência do risco, no caso de mercadorias, e a efetiva prestação dos serviços. A permuta de infraestrutura visa, principalmente, garantir a redundância dos serviços prestados pelas entidades, como estratégia de garantia da continuidade dos serviços no caso de danos causados às redes ou aos sistemas informatizados, ou a qualquer outra eventualidade que possa comprometer a prestação de serviços pelas entidades. Isto objetiva reduzir, ou mesmo eliminar os riscos aos clientes finais destes serviços.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

e) Reconhecimento de receitas - Continuação

iv) *Receitas de aparelhos e acessórios*

A Companhia reconhece receitas de aparelhos e acessórios quando um cliente assume o controle do dispositivo. Em caso de o cliente adquirir um aparelho com subsídio, ou seja, “serviço + aparelho”, a Algar aloca uma parte de seus faturamentos de serviços futuros ao aparelho e reconhece a receita na entrega do aparelho no início do contrato, o que resulta em um ativo contratual. Adotamos o expediente prático para desconsiderar os efeitos de um componente de financiamento significativo, quando o período entre o momento em que o bem ou o serviço prometido é transferido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é de um ano ou menos. Para os contratos com prazos superiores a um ano (somente para venda de modem), os valores relacionados são imateriais

Julgamentos e estimativas significativas

Os clientes da Companhia geralmente assinam contratos de serviço com um período de fidelização em troca de descontos em aparelhos, taxas, ou ainda nas mensalidades do serviço. Foi aplicado um julgamento para determinar que, para fins contábeis, o período de contrato abrange todo o período de fidelização do cliente, concluindo que o prazo de fidelização precisa ser cumprido devido à cobrança de multa proporcional, sendo esta multa significativa em qualquer momento da vida do contrato com o cliente.

Nos casos em que um contrato inclui um aparelho e acessórios, para os quais reconhecemos receita em um determinado momento, e serviços, para os quais reconhecemos receita proporcionalmente ao longo do tempo, é necessário julgamento para determinar o “Standalone Selling Price – SSP” para cada obrigação de desempenho distinta e alocar a receita correspondente. Usamos uma gama de valores para estimar o “SSP” quando vendemos cada um dos produtos e serviços separadamente.

Ativos e passivos do contrato

Os ativos contratuais referem-se principalmente à parcela remanescente dos faturamentos de serviços futuros da Companhia alocados aos aparelhos e reconhecidos na receita na entrega do aparelho no início do contrato, bem como ajustes temporais no reconhecimento das demais linhas de receita. Incluímos substancialmente todos os ativos contratuais em nosso balanço patrimonial consolidado como um componente de despesas antecipadas. Já os passivos contratuais, apresentados no grupo de receitas antecipadas, referem-se às obrigações de transferir bens e serviços aos clientes, em relação aos quais a entidade recebeu contraprestação ou o valor já é devido ao cliente.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

e) Reconhecimento de receitas - Continuação

Custo para obter contratos com clientes

Um ativo para os custos incrementais de obtenção de um contrato com um cliente é reconhecido, se for esperado que existam benefícios futuros pelo pagamento desses custos. Esses valores são compostos de comissões, benefícios relacionados e impostos sobre folha de pagamento para funcionários de vendas da Companhia e comissões pagas a nossos parceiros de canal de distribuição terceirizados. Amortizamos esses custos proporcionalmente ao longo do período estimado de fidelização com o cliente, o que exclui futuras renovações contratuais. Os custos diferidos relacionados a despesas necessárias para obter um contrato estão reconhecidos como um componente de despesas antecipadas em nosso balanço patrimonial consolidado.

f) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia e suas controladas, incluindo rendimentos de aplicações financeiras, ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado, e ganhos em instrumentos financeiros derivativos.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e de provisões, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros (“*impairment*”) e perdas em instrumentos financeiros derivativos reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstrados líquidos, no resultado do exercício.

g) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada, quando aplicável, pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, nos exercícios apresentados.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

h) Informações por segmento

A diretoria executiva entende que a Companhia atua num único segmento operacional, o de telecomunicações (“Telecom”), segregado por tipo de serviço prestado (B2B e B2C) e utiliza relatórios, de modo consistente, para a tomada de decisões estratégicas.

Segmento Telecom - representa a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio (i) telefonia fixa; (ii) internet banda larga; (iii) comunicação de dados; (iv) telefonia celular; (v) provedor de internet; telefônicos.

As informações referentes aos segmentos por tipo de serviço prestado estão na nota explicativa nº 33, a qual inclui o modelo de acompanhamento dos negócios pela Companhia, com a segregação das rubricas de resultado por tipo de cliente – B2B e B2C.

i) Patrimônio líquido

Reserva de lucros

Refere-se a uma modalidade de destinação do lucro líquido do exercício, sendo aplicável à Companhia, nos exercícios reportados, a reserva legal e a reserva de retenção de lucros.

Reserva legal

A Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A partir das exigências da Lei 11.638/2007 a Companhia reclassificou os saldos remanescentes dos lucros acumulados para reservas de lucros, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia, com base em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração.

Dividendos

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, sobre os lucros do exercício, após deduzido 5% para constituição da reserva legal, são calculados dividendos mínimos obrigatórios de 35%.

Tendo por base o disposto na Lei das sociedades por ações, os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da assembleia geral de acionistas que houver aprovado a distribuição, são considerados prescritos.

Em linha com o seu estatuto social, que prevê a reversão dos dividendos prescritos em favor da Entidade, a Companhia assim procede, realizando a baixa do passivo de dividendos prescritos, tendo como contrapartida rubrica específica no resultado do exercício.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

i) Patrimônio Líquido--Continuação

Valores a restituir aos acionistas

Para os casos de grupamentos ou conversões de ações realizados pela Companhia, conforme autorizado pela legislação societária e pelos Órgãos da Administração, sempre com a comunicação oficial, legalmente requerida, cálculos são realizados para as frações de ações resultantes, apurando-se os valores a restituir aos acionistas envolvidos.

As frações de ações são convertidos em valores com base no VPA - Valor Patrimonial da Ação aplicável à época da operação. Com o montante apurado, uma obrigação de restituição aos acionistas é contabilmente reconhecida pela Companhia.

Após a conclusão dos atos societários aplicáveis aos grupamentos ou conversões de ações e tendo completados os prazos previstos como parte dessas operações, os valores são pagos ou colocados à disposição dos acionistas.

Os valores não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data oficialmente comunicada, são considerados prescritos pela Companhia, sendo o passivo correspondente baixado em contrapartida do resultado do exercício.

j) Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimento, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03.

k) Arrendamento

Ao firmar os contratos, a Companhia e suas controladas avaliam se esses contratos são ou contêm arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

Os seguintes requisitos são considerados na avaliação dos contratos de arrendamento:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia;
- A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

k) Arrendamento--Continuação

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Para efeito desta política, a Companhia definiu, na adoção da norma contábil, como baixo valor os montantes até R\$ 20 (vinte mil reais).

Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, as empresas reconhecem os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa incremental de captação é utilizada.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;
- O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;
- O preço de exercício das opções de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e
- Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado, aumentando o valor contábil para refletir os juros (taxa efetiva) sobre esse passivo e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

k) Arrendamento--Continuação

O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

k) Arrendamento--Continuação

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que uma obrigação for assumida com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25).

Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

k) Arrendamento--Continuação

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial e são objetos de avaliação para verificação da aplicabilidade de provisão para perda para redução ao valor recuperável, conforme dispõe a IAS 36 (CPC 01 (R1)).

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso. Nesse caso, os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa operacional do período em ocorreu o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos.

Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia registra, tanto o principal quanto os juros com passivos de arrendamentos, como atividade de financiamento.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

l) Novas normas e interpretações

Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios subsequentes:

- Alteração da reforma da taxa de juros referência à IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40 (R1))

As alterações visam permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.

- IFRS 16 (CPC 06 (R2)) —Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19

Prevê medidas práticas, para os arrendatários, na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como em decorrência da COVID-19. Fica permitido ao arrendatário optar por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. Caso seja exercida a opção, o arrendatário deverá contabilizar a mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 considerando que mudança não foi uma modificação de arrendamento.

Na avaliação da Companhia essas normas não tiveram impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

l) Novas normas e interpretações--Continuação

Novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes, aplicáveis à Companhia

- Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023).
Esclarece aspectos que deverão ser considerados ao proceder à classificação do passivo em circulante ou não circulante.
- Alteração da norma IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Referências a estrutura conceitual (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022)
Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS.
- Alteração da norma IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022)
Orienta sobre a classificação de itens produzidos antes de o imobilizado estar nas condições estabelecidas para o uso.
- Alteração da norma IAS 37 (CPC 25) – Contrato oneroso (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022)
Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso.
- Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – abrangendo a apresentação das demonstrações financeiras e declaração da prática 2 da IFRS – Exercendo julgamentos de materialidade e divulgação de políticas contábeis (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023)
O termo “políticas contábeis significativas” serão substituídos por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeira

Notas Explicativas**3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação**l) Novas normas e interpretações--Continuação

- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023)

Esta alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis, que são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração.

Permanece o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

- Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023)

De acordo essas alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

A Companhia entende que essas novas alterações não terão impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	9.768	4.746	4.853	4.143
Aplicações de liquidez imediata	270.938	607.306	191.095	530.276
	280.706	612.052	195.948	534.419

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a CDB (Certificados de Depósito Bancário) e Operações Compromissadas (títulos emitidos pelos bancos, lastreados por títulos privados ou públicos, registrados na CETIP), remuneradas por uma taxa média de 104,6% do CDI no individual e 104,2% do CDI no consolidado.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 32c.

Notas Explicativas**4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação**

As moderações de valores de disponibilidade imediata são atinentes às ações para pagamento de suas obrigações vinculadas às debentures e outras de cunho administrativo e financeiro para expansão do negócio, incluindo aquisição de outorgas para prestação de novos serviços e tecnologias, em consonância integral ao plano estratégico de longo prazo formatado pela Companhia.

5. Aplicações financeiras de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e a sua controlada Algar Multimídia possuíam aplicações financeiras de liquidez não imediata, as quais estavam dadas em garantia de processos judiciais envolvendo essas sociedades.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações de longo prazo:				
Algar Telecom	1.057	1.020	1.057	1.020
Algar Multimídia	1.392	1.334	-	-
Total das aplicações de longo prazo	2.449	2.354	1.057	1.020

6. Contas a receber

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valores faturados	761.516	549.148	474.091	363.972
Valores não faturados	192.997	183.679	101.723	97.466
	954.513	732.827	575.814	461.438
Ajuste a valor presente	(26.748)	(17.719)	(19.464)	(13.158)
Provisão para perda esperada	(86.549)	(70.147)	(64.631)	(59.335)
	841.216	644.961	491.719	388.945
Ativo circulante	666.387	517.896	366.618	294.142
Ativo não circulante	174.829	127.065	125.101	94.803

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes, estão divulgadas na nota explicativa nº 32a.

a) A composição por idade dos valores a receber vencidos e saldo dos valores a vencer é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos até 30 dias	73.412	60.417	41.946	37.859
Vencidos entre 31 e 60 dias	28.195	24.556	16.133	14.701
Vencidos entre 61 e 90 dias	17.298	13.589	8.944	8.247
Vencidos entre 91 e 120 dias	15.224	11.715	8.531	6.519
Vencidos há mais de 120 dias	158.299	114.755	97.273	82.101
Total vencidos	292.428	225.032	172.827	149.427
Valores faturados a vencer	469.088	324.116	301.264	214.545
Valores não faturados	192.997	183.679	101.723	97.466
	954.513	732.827	575.814	461.438

Notas Explicativas**6. Contas a receber—Continuação**

b) A movimentação da provisão para perda esperada é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(70.147)	(70.418)	(59.335)	(56.055)
Constituição de provisão no exercício	(43.565)	(40.042)	(32.763)	(32.260)
Saldo balanço de aquisição Vogel	(16.284)	-	-	-
Baixas contra contas a receber	43.447	40.313	27.467	28.980
Saldo Final	(86.549)	(70.147)	(64.631)	(59.335)

7. Tributos a recuperar

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS - ativo imobilizado (i)	152.624	135.578	55.363	65.163
PIS/COFINS (ii)	128.780	217.445	106.280	176.134
IRPJ/CSLL	70.054	18.577	55.685	17.044
IRRF	5.019	-	2.906	-
INSS	7.087	2.407	5.654	2.043
ISS	170	188	146	154
Outros	754	1.440	301	638
	364.488	375.635	226.335	261.176
Ativo circulante	204.979	194.548	145.735	137.563
Ativo não circulante	159.509	181.087	80.600	123.613

- (i) Os valores correspondentes ao "ICMS - ativo imobilizado" referem-se a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102/2000.
- (ii) O saldo é composto, principalmente de créditos tributários da Algar Telecom e da Algar Multimídia, atualizados monetariamente, conforme processos transitados em julgado, que solicitaram junto à Justiça Federal, o reconhecimento de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS. O saldo inclui, também, créditos de PIS e Cofins sobre certos tipos de custos, considerados insumos, para fins tributários.

Notas Explicativas**8. Despesas antecipadas**

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Comissões sobre vendas (CPC 47) (i)	154.352	120.111	69.723	63.191
Licenças de softwares	9.398	5.418	5.843	4.533
Taxas ANATEL	7.587	15.140	7.587	15.140
Seguros a apropriar	1.562	1.151	948	842
Subsídios de aparelhos celulares	5.368	1.724	5.368	1.724
Outras	5.691	3.391	4.119	3.311
	183.958	146.935	93.588	88.741
Ativo circulante	100.429	81.555	61.954	59.358
Ativo não circulante	83.529	65.380	31.634	29.383

(i) Refere-se ao custo incremental por obtenção de contratos, reconhecido conforme disposto no CP 47- Receita de contrato com cliente. As apropriações ocorrerão em bases sistemáticas consistentes com as transferências dos serviços ao cliente, tendo como base o prazo médio estimado para os contratos.

9. Imposto de renda e contribuição sociala) Imposto de renda e contribuição social a compensar (pagar)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	(3.349)	(15.556)
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	3.280	13.002
	(69)	(2.554)
Saldo ativo circulante	-	-
Saldo passivo circulante	(69)	(2.554)

Notas Explicativas

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Diferenças temporárias ativas:</u>				
a Prejuízo fiscal	156.019	76.897	131.586	74.367
b Base de cálculo negativa - CSLL	181.938	93.910	157.281	93.910
c Provisões de processos	270.691	199.843	232.135	166.415
d Provisão para perda esperada com clientes	49.472	17.212	22.603	7.612
e Provisão para perda de imobilizado e estoque	40.273	40.273	40.273	40.273
f Fornecedores a faturar	24.368	44.821	16.517	27.914
g Arrendamentos - IFRS 16	32.637	22.252	25.201	16.708
h Provisões e outros	88.453	55.314	52.040	20.429
i Diferença de depreciação (taxa fiscal x vida útil estimada)	15	-	-	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas				
j (soma de c a i)	505.908	379.715	388.769	279.351
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
k IR Diferido prejuízos fiscais 25% (25% de a)	39.005	19.224	32.897	18.592
l CSLL diferida 9% (9% de b)	16.374	8.452	14.155	8.452
m Total ((34% de j) + k + l)	227.388	156.779	179.233	122.023
n Impostos diferidos não constituídos	(674)	(674)	(674)	(674)
o Benefício isenção CSLL	(4.570)	(2.169)	-	-
p Total (m+n+o)	222.144	153.936	178.559	121.349
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>				
q Ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído a ativos)	4.153	4.181	4.153	4.181
r Diferença de depreciação - CPC 20	483.138	388.351	270.079	232.816
s Juros sobre obras, capitalizados	71.771	80.002	67.199	74.659
t Ajustes CPC 47 - comissões diferidas	153.430	120.111	69.723	63.191
u Ajustes CPC 48 - provisão para perdas de contas a receber	51.132	16.933	24.409	7.248
v Amortização despesas com emissão de Debêntures	17.754	15.517	17.754	15.517
x Amortização de ágio	58.955	61.476	13.456	21.810
y Lei 11.638/2007 e outros	11.903	9.426	10.210	4.004
w Base de cálculo diferenças temporárias passivas (q até y)	852.237	695.997	476.984	423.426
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Z Total (34% de w)	289.761	236.639	162.175	143.965
aa Imposto de renda e contribuição social (p+z)	511.905	390.575	340.734	265.314
ab Isenção CSLL - Algar Soluções 9%	(13.282)	(7.437)	-	-
ac Total do imposto de renda e contribuição social (z+ab)	276.479	229.202	162.175	143.965
ad Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo líquido (p-ac)	(54.335)	(75.266)	16.385	(22.616)
ae Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, líquido	17.238	-	16.385	-
af Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos (ad-ae)	(71.573)	(75.266)	-	(22.616)

Notas Explicativas**9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação****c) Tributos sobre o resultado**

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Corrente:				
Imposto de renda	(9.830)	(62.807)	28.493	(10.146)
Contribuição social	11.654	(17.917)	10.500	(3.612)
	1.824	(80.724)	38.993	(13.758)
Diferido:				
Imposto de renda	10.450	(8.735)	26.514	8.132
Contribuição social	10.481	1.439	12.487	2.919
	20.931	(7.296)	39.001	11.051
	22.755	(88.020)	77.994	(2.707)
Imposto de renda	620	(71.542)	55.006	(2.014)
Contribuição social	22.135	(16.478)	22.988	(693)
	22.755	(88.020)	77.994	(2.707)

d) Demonstração da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e da equivalência patrimonial	206.750	290.396	(44.101)	5.489
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(70.295)	(98.735)	14.994	(1.866)
IR/CS sobre juros de créditos tributários (*)	56.900	-	51.195	-
Baixa de tributos diferidos	3.723	-	3.725	-
Efeito de isenção de contribuição social (**)	18.570	9.983	-	-
PAT – Programa de alimentação do trabalhador	736	1.895	-	-
Redução de IR por incentivo fiscal - Sudene	2.557	-	-	-
Outras adições e exclusões permanentes	3.575	(1.842)	3.568	(860)
Outros ajustes	6.989	679	4.512	19
Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício	22.755	(88.020)	77.994	(2.707)
Alíquota efetiva	-11,01%	30,31%	-176,85%	49,32%

(*) Não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros Selic aplicados créditos tributários, conforme julgamento do STF.

(**) Isenção de CSLL atribuída à controlada Algar Soluções.

10. Investimentos

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participação em empresas controladas:				
Investimento pela equivalência patrimonial	-	-	2.277.007	1.440.711
Mais-valia sobre ativos de sociedade adquirida	-	-	15.049	17.056
Ágio (<i>goodwill</i>) na aquisição de sociedade	-	-	21.149	21.149
Outros investimentos	1.466	126	1.340	-
	1.466	126	2.314.545	1.478.916

Notas Explicativas**10. Investimentos--Continuação****a) Movimentações dos investimentos - Individual**

	Algar Multimídia	Algar Soluções	Smart	Outros investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	865.302	346.010	49.856	-	1.261.168
Equivalência patrimonial	112.582	83.300	3.712	-	199.594
Adiantamento para futuro aumento de capital no período, já capitalizado	-	10.000	-	-	10.000
Adiantamento para futuro aumento de capital no período, a capitalizar	-	60.000	12.000	-	72.000
Dividendos adicionais de 2019, aprovados	(14.255)	(131)	-	-	(14.386)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	(27.651)	(19.784)	-	-	(47.435)
Amortização de Mais valia – Smart	-	-	(2.025)	-	(2.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	935.978	479.395	63.543	-	1.478.916
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.600	698.000		-	703.600
Dividendos adicionais de 2020, aprovados	(9.783)	(7.913)	-	-	(17.696)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	(9.611)	(35.871)			(45.482)
Equivalência patrimonial	39.131	152.817	3.664	-	195.612
Efeito de ajuste de reserva de incentivos fiscais de controlada	-	-	262	-	262
Participação minoritária em sociedade	-	-	-	1.340	1.340
Amortização de Mais valia – Smart	-	-	(2.007)	-	(2.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	961.315	1.286.428	65.462	1.340	2.314.545

b) Informações sobre as controladas diretas e controlada indireta, com base nas Informações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e de 2020

	31/12/2021			
	Algar Multimídia	Algar Soluções	Smart Telecom	Vogel (Controlada indireta)
Ativo circulante	277.503	205.756	17.619	66.492
Ativo não circulante	991.146	1.350.879	42.520	619.659
Total do ativo	1.268.649	1.556.635	60.139	686.151
Passivo circulante	148.361	237.299	7.657	88.703
Passivo não circulante	158.973	32.908	23.219	99.400
Patrimônio líquido	961.315	1.286.428	29.263	498.048
Capital social	639.577	402.980	21.500	604.663
Receita líquida	552.004	436.088	19.484	70.041
Resultado líquido do exercício	39.130	152.817	3.664	(1.076)

Notas Explicativas**10. Investimentos--Continuação**

	Individual		
	31/12/2021 e 31/12/2020		
	Algar Multimídia	Algar Soluções	Smart
Quantidade de ações ou quotas possuídas:			
Ações ON	41.015	8	-
Ações PN	21.250	-	-
Quotas	-	-	2.499.999
	62.265	8	2.499.999
Percentual de participação direta da controladora:			
No capital social	100%	100%	100%
No capital votante	100%	100%	100%

Notas Explicativas**11. Imobilizado**a) Imobilizado - valor líquido contábil - consolidado:

Consolidado												
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2021												
Custo	206.727	386.873	869.810	2.872.136	134.114	171.521	10.121	103.592	1.185.976	17.007	353.585	6.311.462
Depreciação acumulada	(106.369)	(333.095)	(370.557)	(1.235.569)	(91.936)	(239.640)	(8.314)	(81.516)	(773.094)	-	-	(3.240.090)
Imobilizado líquido	100.358	53.778	499.253	1.636.567	42.178	(68.119)	1.807	22.076	412.882	17.007	353.585	3.071.372
31/12/2020												
Custo	172.169	373.183	736.140	2.290.901	129.941	169.418	7.679	99.738	1.007.984	16.820	216.842	5.220.815
Depreciação acumulada	(83.614)	(314.117)	(278.126)	(1.135.241)	(83.774)	(98.813)	(4.926)	(73.469)	(634.791)	-	-	(2.706.871)
Imobilizado líquido	88.555	59.066	458.014	1.155.660	46.167	70.605	2.753	26.269	373.193	16.820	216.842	2.513.944

Notas Explicativas

11. Imobilizado--Continuação

b) Imobilizado - movimentação do custo - consolidado:

Consolidado														
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infra-estrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Mais valia	Obras em andamento e outros	Eliminações	Total
31/12/2019	162.171	351.810	601.916	2.103.922	114.610	171.008	12.842	97.575	906.675	16.820	3.878	371.887	-	4.915.114
Adições	76	-	2	22	38	3	-	13	1.127	-	-	380.513	-	381.794
Baixas	(316)	(5.783)	(113.181)	(41.960)	(3.672)	(430)	(5.174)	(2.190)	(11.014)	-	-	-	-	(183.720)
Provisão para perda	-	-	(4.815)	(13.017)	(868)	(47)	-	(1.455)	(660)	-	-	-	-	(20.862)
Reversão de provisão	2.786	-	62.069	46.120	2.230	435	-	2.874	4.355	-	-	-	-	120.869
Transferências *	7.452	27.156	190.149	195.814	17.603	(1.551)	11	2.921	107.501	-	-	(539.436)	-	7.620
31/12/2020	172.169	373.183	736.140	2.290.901	129.941	169.418	7.679	99.738	1.007.984	16.820	3.878	212.964	-	5.220.815
Adições	-	-	29	502	7	-	-	2	1.049	-	-	507.810	(10.556)	498.843
Baixas	(63)	(145)	(39.570)	(30.874)	(2.468)	(265)	(2.467)	(2.595)	(3.132)	-	-	(10.554)	10.556	(81.577)
Reversão de provisão para perda	-	-	4.815	13.019	868	47	-	1.454	660	-	-	-	-	20.863
Saldos de aquisição Vogel	29.759	-	-	457.245	-	-	4.909	2.618	50.492	187	-	55.779	-	600.989
Mais valia- aquisição da Vogel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.142	-	-	60.142
Transferências *	4.862	13.835	168.396	141.343	5.766	2.321	-	2.375	68.781	-	-	(416.292)	-	(8.613)
31/12/2021	206.727	386.873	869.810	2.872.136	134.114	171.521	10.121	103.592	1.125.834	17.007	64.020	349.707	-	6.311.462

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Notas Explicativas

11. Imobilizado--Continuação

c) Imobilizado - movimentação da depreciação - consolidado:

Consolidado										
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Total
31/12/2019	(75.901)	(303.357)	(226.638)	(1.038.791)	(75.067)	(93.044)	(8.048)	(66.666)	(540.076)	(2.427.588)
Adições	(6.649)	(16.494)	(101.160)	(104.912)	(10.731)	(6.149)	(422)	(7.464)	(101.913)	(355.894)
Baixas	45	5.734	79.335	26.167	2.969	263	3.544	1.672	8.969	128.698
Provisão para perda	-	-	3.720	10.390	631	44	-	1.201	555	16.541
Reversão de provisão	(1.109)	-	(33.581)	(28.011)	(1.327)	(337)	-	(2.296)	(2.095)	(68.756)
Transferências *	-	-	198	(84)	(249)	410	-	84	(231)	128
31/12/2020	(83.614)	(314.117)	(278.126)	(1.135.241)	(83.774)	(98.813)	(4.926)	(73.469)	(634.791)	(2.706.871)
Adições	(7.905)	(15.505)	(121.430)	(114.501)	(9.548)	(6.292)	(195)	(7.096)	(102.988)	(385.460)
Baixas	41	145	32.390	27.146	2.039	208	1.716	2.013	2.512	68.210
Reversão de provisão para perda	-	-	(3.720)	(10.390)	(631)	(44)	-	(1.201)	(555)	(16.541)
Aquisição Vogel	(14.891)	-	-	(5.862)	-	(134.818)	(4.909)	(1.774)	(37.073)	(199.327)
Transferências *	-	(3.618)	329	3.279	(22)	119	-	11	(199)	(101)
31/12/2021	(106.369)	(333.095)	(370.557)	(1.235.569)	(91.936)	(239.640)	(8.314)	(81.516)	(773.094)	(3.240.090)

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Notas Explicativas**11. Imobilizado--Continuação**d) Imobilizado – valor líquido contábil - individual:

	Individual											
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
	31/12/2021											
Custo	135.035	385.081	571.794	1.513.486	91.887	114.406	3.473	73.798	550.465	11.918	113.244	3.564.587
Depreciação acumulada	(70.703)	(331.415)	(269.161)	(912.553)	(67.759)	(79.631)	(2.273)	(61.889)	(427.986)	-	-	(2.223.370)
Saldo líquido	64.332	53.666	302.633	600.933	24.128	34.775	1.200	11.909	122.479	11.918	113.244	1.341.217
	31/12/2020											
Custo	131.746	371.388	536.004	1.493.955	90.767	114.196	5.563	72.891	520.646	11.918	77.588	3.426.662
Depreciação acumulada	(65.711)	(312.466)	(214.569)	(852.560)	(63.206)	(76.034)	(3.621)	(58.546)	(385.545)	-	-	(2.032.258)
Saldo líquido	66.035	58.922	321.435	641.395	27.561	38.162	1.942	14.345	135.101	11.918	77.588	1.394.404

Notas Explicativas

11. Imobilizado--Continuação

e) Imobilizado – movimentação do custo - individual:

	Individual											
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2019	122.854	349.990	493.805	1.404.254	82.326	114.168	9.506	71.390	485.446	11.918	193.217	3.338.874
Adições	76	-	2	22	38	3	-	13	1.127	-	143.511	144.792
Baixas	(76)	(5.761)	(109.468)	(39.119)	(2.296)	(318)	(3.954)	(1.620)	(5.119)	-	-	(167.731)
Provisão para perda Reversão de Provisão	-	-	(4.733)	(13.017)	(868)	(47)	-	(1.454)	(660)	-	-	(20.779)
Transferências *	2.785	-	62.068	46.120	2.231	435	-	2.874	4.355	-	-	120.868
31/12/2020	6.107	27.159	94.330	95.695	9.336	(45)	11	1.688	35.497	-	(259.140)	10.638
31/12/2020	131.746	371.388	536.004	1.493.955	90.767	114.196	5.563	72.891	520.646	11.918	77.588	3.426.662
Adições	-	-	-	8	7	-	-	2	4	-	184.904	184.925
Baixas	(63)	(145)	(34.258)	(20.707)	(2.236)	(236)	(2.090)	(2.318)	(1.771)	-	(1.112)	(64.936)
Reversão de provisão	-	-	4.734	13.017	868	47	-	1.454	660	-	-	20.780
Transferências *	3.352	13.838	65.314	27.213	2.481	399	-	1.769	30.926	-	(148.136)	(2.844)
31/12/2021	135.035	385.081	571.794	1.513.486	91.887	114.406	3.473	73.798	550.465	11.918	113.244	3.564.587

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Notas Explicativas

11. Imobilizado--Continuação

f) Imobilizado – movimentação da depreciação - individual:

	Individual									
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Total
31/12/2019	(59.625)	(301.741)	(184.082)	(792.990)	(57.553)	(72.247)	(6.160)	(54.236)	(343.063)	(1.871.697)
Adições	(4.991)	(16.451)	(77.442)	(67.067)	(7.147)	(3.750)	(178)	(4.612)	(44.696)	(226.334)
Baixas	14	5.726	76.265	25.317	2.190	229	2.717	1.302	4.192	117.952
Provisão para perda	-	-	3.645	10.390	631	44	-	1.202	554	16.466
Reversão de Provisão	(1.109)	-	(33.581)	(28.011)	(1.327)	(337)	-	(2.297)	(2.095)	(68.757)
Transferências *	-	-	626	(199)	-	27	-	95	(437)	112
31/12/2020	(65.711)	(312.466)	(214.569)	(852.560)	(63.206)	(76.034)	(3.621)	(58.546)	(385.545)	(2.032.258)
Adições	(5.034)	(15.472)	(79.773)	(70.460)	(5.799)	(3.751)	(103)	(4.058)	(42.804)	(227.254)
Baixas	43	143	28.281	17.259	1.843	190	1.451	1.906	1.502	52.618
Reversão de provisão	-	-	(3.645)	(10.390)	(631)	(44)	-	(1.201)	(555)	(16.466)
Transferências *	(1)	(3.620)	545	3.598	34	8	-	10	(584)	(10)
31/12/2021	(70.703)	(331.415)	(269.161)	(912.553)	(67.759)	(79.631)	(2.273)	(61.889)	(427.986)	(2.223.370)

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Notas Explicativas**11. Imobilizado - Continuação**Informações complementares sobre o ativo imobilizadog) Bens vinculados à concessão

Os contratos de concessão do STFC - “Serviço Telefônico Fixo Comutado” preveem que os bens da Companhia indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como “bens reversíveis”, quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo resguardado à Companhia o direito à indenização cabível, conforme legislação aplicável.

Os valores de 2020 apresentados abaixo se referem à relação de bens reversíveis encaminhada à ANATEL em abril de 2021. Esses valores substituem aqueles divulgados quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2020, na época considerados como prévia. Os bens relacionados em 2021, conforme valores demonstrados abaixo, são uma prévia da relação de bens reversíveis a ser encaminhada para aprovação da ANATEL em abril de 2022, conforme regulamentação.

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios e benfeitorias	89.391	(47.709)	41.682	73.404	(27.056)	46.348
Equipamentos de energia e climatização	66.499	(52.738)	13.761	66.150	(50.173)	15.977
Equipamentos de comutação	226.292	(190.070)	36.222	217.457	(182.845)	34.612
Equipamentos de processamento de dados	131.522	(109.388)	22.134	125.969	(99.153)	26.816
Equipamentos e meios de transmissão	853.870	(637.134)	216.736	842.959	(617.720)	225.239
Equipamentos de terminais	93.859	(58.953)	34.906	97.347	(57.005)	40.342
Infraestruturas	99.991	(69.588)	30.403	97.928	(65.935)	31.993
Licenças de concessão PPDUR	5.606	(4.287)	1.319	5.592	(4.006)	1.586
Móveis e utensílios	29.767	(26.489)	3.278	29.503	(25.917)	3.586
Outorgas regulatórias	2.834	(2.550)	284	2.824	(2.497)	327
Sistemas de informação	244.402	(216.495)	27.907	238.037	(203.255)	34.782
Terrenos	30.419	-	30.419	30.067	-	30.067
Veículos	2.875	(1.801)	1.074	4.927	(3.155)	1.772
	1.877.327	(1.417.202)	460.125	1.832.164	(1.338.717)	493.447

Notas Explicativas**11. Imobilizado - Continuação**h) Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes bens dados em garantia de processos judiciais e empréstimos e financiamentos:

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Depreciação		Líquido	Depreciação		Líquido
Custo	acumulada	Custo		acumulada		
Equipamentos de processamento de dados	34	(26)	8	412	(250)	162
Equipamentos e meios de transmissão	572	(572)	-	112	(67)	45
Terrenos	-	-	-	36	-	36
Veículos	-	-	-	80	(38)	42
	606	(598)	8	640	(355)	285

i) Saldos de custos de empréstimos capitalizados no ativo imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado no valor de R\$ 3.415 (R\$ 3.301 em 2020), o que corresponde a 21% (33% em 2020) do total de juros contabilizados e passíveis de capitalização. No consolidado o valor somou R\$ 3.415 (R\$ 3.301 em 2020), com percentual de 21% (33% em 2020).

j) Ociosidade de ativos

A Companhia e suas controladas não possuíam ativos imobilizados relevantes que estivessem na condição de ociosos em 31 de dezembro de 2021.

k) Imobilizado em andamento

Os principais projetos que compõem o grupo de "Obras em andamento" são:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual
Investimento para atendimento de clientes	131.746	22.814	111.165	28.033
Investimentos de melhorias de rede	84.551	35.414	26.058	16.873
Investimento na rede Ultra Banda Larga	28.957	29.382	11.892	12.190
Investimentos de expansão de rede	22.062	5.432	2.735	2.127
Investimentos de Infra para TI	7.436	4.983	4.932	2.863
Aparelhos e materiais imobilizados	53.287	12.520	54.250	14.538
Outros	3.675	2.698	5.810	964
	331.714	113.243	216.842	77.588

l) Teste de redução ao valor recuperável

Conforme descrito na nota explicativa 12g.

Notas Explicativas

12. Intangível

a) Intangível – valor líquido contábil - consolidado

	Consolidado										
	Marcas e patentes	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Carteira de Clientes	Intangível em andamento	Total
	31/12/2021										
Custo	517	6.209	93.322	122.098	682.225	16.323	78.896	227.508	3.651	179.324	1.410.073
Amortização acumulada	(6)	(4.694)	(36.806)	(77.201)	(532.034)	(4.582)	(61.159)	(10.567)	-	-	(727.049)
Saldo líquido	511	1.515	56.516	44.897	150.191	11.741	17.737	216.941	3.651	179.324	683.024
	31/12/2020										
Custo	6	6.224	107.727	122.024	605.334	7.199	16.187	90.642	-	33.010	988.353
Amortização acumulada	(6)	(4.413)	(49.829)	(68.926)	(448.749)	(1.015)	(3.010)	(10.567)	-	-	(586.515)
Saldo líquido	-	1.811	57.898	53.098	156.585	6.184	13.177	80.075	-	33.010	401.838

Notas Explicativas

12. Intangível--Continuação

b) Intangível – movimentação do custo - consolidado

	Consolidado											
	Marcas e patentes	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Carteira de Clientes	Intangível em andamento	Total
31/12/2019	6	6.287	86.114	-	122.024	559.312	-	16.187	90.642	-	47.972	928.544
Adições	-	-	-	-	-	439	-	-	-	-	79.465	79.904
Baixas	-	-	-	-	-	(17.232)	-	-	-	-	-	(17.232)
Provisão para perda – TV	-	-	-	(497)	(9)	(1.687)	-	-	-	-	-	(2.193)
Reversão de provisão	-	-	-	497	9	6.444	-	-	-	-	-	6.950
Transferências *	-	(63)	21.613	-	-	58.058	7.199	-	-	-	(94.427)	(7.620)
31/12/2020	6	6.224	107.727	-	122.024	605.334	7.199	16.187	90.642	-	33.010	988.353
Adições	-	-	-	-	-	231	-	-	-	-	191.849	192.080
Baixas	-	(55)	(17.624)	(497)	(9)	(947)	-	-	-	-	-	(19.132)
Reversão de provisão para perda	-	-	-	497	9	1.687	-	-	-	-	-	2.193
Ágio (goodwill) aquisição Vogel-	-	-	-	-	-	-	-	-	60187	-	-	60.187
Saldos aquisição Vogel	511	-	-	-	-	37.880	-	62.709	76.679	-	-	177.779
Transferências *	-	40	3.219	-	74	38.040	9.124	-	-	3.651	(45.535)	8.613
31/12/2021	517	6.209	93.322	-	122.098	682.225	16.323	78.896	227.508	3.651	179.324	1.410.073

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Notas Explicativas

12. Intangível--Continuação

c) Intangível – movimentação da amortização - consolidado

Consolidado										
	Marcas e patentes	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Total
31/12/2019	(6)	(4.141)	(46.428)	-	(60.567)	(402.102)	-	(984)	(10.567)	(524.795)
Adições	-	(335)	(3.401)	(31)	(8.359)	(58.690)	(1.015)	(2.025)	-	(73.856)
Baixas	-	-	-	-	-	16.532	-	-	-	16.532
Provisão para perda - TV	-	-	-	369	9	1.622	-	-	-	2.000
Reversão de provisão	-	-	-	(338)	(9)	(5.921)	-	-	-	(6.268)
Transferências *	-	63	-	-	-	(190)	-	(1)	-	(128)
31/12/2020	(6)	(4.413)	(49.829)	-	(68.926)	(448.749)	(1.015)	(3.010)	(10.567)	(586.515)
Adições	-	(335)	(4.633)	-	(8.244)	(64.945)	(3.567)	(3.655)	-	(85.379)
Baixas	-	54	17.625	369	9	341	-	-	-	18.398
Reversão de provisão para perda	-	-	-	(369)	(9)	(1.457)	-	-	-	(1.835)
Saldo de aquisição Vogel	-	-	-	-	-	(17.325)	-	(54.494)	-	(71.819)
Transferências *	-	-	31	-	(31)	101	-	-	-	101
31/12/2021	(6)	(4.694)	(36.806)	-	(77.201)	(532.034)	(4.582)	(61.159)	(10.567)	(727.049)

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Notas Explicativas

12. Intangível--Continuação

d) Intangível – valor líquido contábil - individual

	Individual								Total
	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Carteira de Clientes	Intangível em andamento	
	31/12/2021								
Custo	5.899	24.550	119.156	492.383	5.874	17.942	3.651	124.613	794.068
Depreciação acumulada	(4.494)	(3.372)	(74.705)	(402.268)	(1.133)	(1.733)	-	-	(487.705)
Saldo líquido	1.405	21.178	44.451	90.115	4.741	16.209	3.651	124.613	306.363
	31/12/2020								
Custo	5.910	22.850	119.081	469.141	1.549	17.942	-	16.616	653.089
Depreciação acumulada	(4.226)	(2.268)	(66.461)	(357.889)	(153)	(1.733)	-	-	(432.730)
Saldo líquido	1.684	20.582	52.620	111.252	1.396	16.209	-	16.616	220.359

Notas Explicativas

12. Intangível--Continuação

e) Intangível – movimentação do custo - individual

	Individual								Intangível em andamento	Total
	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Carteira de Clientes		
31/12/2019	5.972	22.850	-	119.081	437.311	-	17.942	-	30.674	633.830
Adições	-	-	-	-	439	-	-	-	34.135	34.574
Baixas	-	-	-	-	(9.434)	-	-	-	-	(9.434)
Provisão para perda - TV	-	-	(497)	(9)	(1.687)	-	-	-	-	(2.193)
Reversão de provisão	-	-	497	9	6.444	-	-	-	-	6.950
Transferências *	(62)	-	-	-	36.068	1.549	-	-	(48.193)	(10.638)
31/12/2020	5.910	22.850	-	119.081	469.141	1.549	17.942	-	16.616	653.089
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	137.072	137.072
Baixas	(50)	-	(497)	(9)	(574)	-	-	-	-	(1.130)
Reversão de provisão para perda	-	-	497	9	1.687	-	-	-	-	2.193
Transferências *	39	1.700	-	75	22.129	4.325	-	3.651	(29.075)	2.844
31/12/2021	5.899	24.550	-	119.156	492.383	5.874	17.942	3.651	124.613	794.068

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Notas Explicativas

12. Intangível--Continuação

f) Intangível - movimentação da amortização - individual

	Individual							Total
	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	
31/12/2019	(3.972)	(1.262)	-	(58.133)	(320.989)	-	(1.733)	(386.089)
Adições	(316)	(1.006)	(31)	(8.328)	(41.781)	(153)	-	(51.615)
Baixas	-	-	-	-	9.354	-	-	9.354
Provisão para perda TV	9	-	369	-	1.622	-	-	2.000
Reversão de provisão	(9)	-	(338)	-	(5.921)	-	-	(6.268)
Transferências *	62	-	-	-	(174)	-	-	(112)
31/12/2020	(4.226)	(2.268)	-	(66.461)	(357.889)	(153)	(1.733)	(432.730)
Adições	(317)	(1.104)	-	(8.244)	(43.272)	(981)	-	(53.918)
Baixas	49	-	369	9	505	1	-	933
Reversão de provisão para perda	-	-	(369)	(9)	(1.622)	-	-	(2.000)
Transferências *	-	-	-	-	10	-	-	10
31/12/2021	(4.494)	(3.372)	-	(74.705)	(402.268)	(1.133)	(1.733)	(487.705)

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Notas Explicativas

12. Intangível--Continuação

g) Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

A companhia revisa anualmente por ocasião do encerramento de suas demonstrações financeiras (ou quando eventos e circunstâncias adversas ocorrem), o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se houve eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar perdas no seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A base para apuração do valor recuperável dos ativos adotada pela Companhia é o valor em uso.

Considerando as convergências de ofertas de produtos e serviços e os ativos operacionais da Companhia e em linha com sua estratégia de atuação, a administração da Companhia adotou o conceito de segregação dos seus grupos de clientes para garantir que os investimentos e esforços da Companhia, tenham a assertividade necessária para o atendimento das necessidades específicas de cada grupo de clientes. Tal segregação implicou na separação em dois grupos distintos de clientes (B2B e B2C) de modo que o portfólio e a personalização dos produtos oferecidos possibilitem o atendimento adequado aos anseios desses dois grupos. Assim, conforme CPC 22 – Informações por Segmento – entende-se que o negócio da Companhia atua num único segmento operacional (Telecomunicações) segregado por tipo de cliente, B2B e B2C, compondo duas unidades geradoras de caixa (UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo dessas UGC, os fluxos de caixa futuro da Companhia são estimados em reais constantes (sem efeito inflacionário) e são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (Weighted Average Cost of Capital) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no Capital Asset Pricing Model (“CAPM”) (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos tributos.

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- Crescimento da receita e conseqüentemente do fluxo de caixa futuro: é baseada nas estratégias de criação de valor, as quais incluem observação do comportamento histórico de cada linha de receita. Conservadoramente a Companhia optou por não incluir crescimento em suas receitas e custos, mantendo a performance, mantendo sua projeção do valor em uso utilizando como base o realizado do ano de 2021. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio (capital próprio). O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo da dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta.

Notas Explicativas

12. Intangível--Continuação

g) Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa--Continuação

- Taxa de crescimento na perpetuidade: reflete condição da Companhia de gerar um fluxo de maneira eterna. O percentual considerado leva em conta, principalmente, os investimentos ao longo do período projetado e reproduz a condição da Companhia na perpetuidade. A companhia não considerou em suas previsões crescimento na perpetuidade.

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir, apresentam-se as variações sensibilizadas em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Variações nas principais premissas:

<u>Variações Financeiras</u>	<u>Em pontos percentuais</u>
Taxa de desconto	+/- 1,0
Taxa de crescimento na perpetuidade	+/- 1,0

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios 2021 e 2020 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida.

De forma consistente com as políticas internas, a avaliação do valor em uso foi efetuada para um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas (exclusivamente para o ágio) tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa e principalmente devido ao fato de o retorno na indústria de telecomunicações ser superior ao período de 5 anos.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa de desconto de 6,2% e 6,0% em 2021 e 2020, respectivamente, em valores constantes. Em decorrência de as projeções estarem em reais constantes (sem efeito inflacionário), não se utiliza da taxa de desconto nominal.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020, não foram identificadas ou indicativas de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

Notas Explicativas

13. Ativo de direito de uso – CPC 06 (IFRS 16)

Classes de Ativos	Consolidado				
	31/12/2021				
	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas	Aquisição Vogel	Saldo 31/12/2021
<u>Movimentação do custo:</u>					
Torres	277.670	48.033	(20.051)	-	305.652
Veículos	29.140	7.976	(29.445)	-	7.671
Imóveis	186.677	43.638	(10.336)	-	219.979
Usinas fotovoltaicas	64.012	6.246	(2.172)	-	68.086
Fibras ópticas	74.604	12.233	(8.556)	201.749	280.030
Equipamentos	6.934	12.660	(1.680)	-	17.914
	639.037	130.786	(72.240)	201.749	899.332
<u>Movimentação da depreciação:</u>					
Torres	(48.826)	(39.867)	10.040	-	(78.653)
Veículos	(20.067)	(12.781)	29.224	-	(3.624)
Imóveis	(56.698)	(36.698)	7.494	-	(85.902)
Usinas fotovoltaicas	(3.900)	(4.025)	77	-	(7.848)
Fibras ópticas	(13.529)	(26.797)	8.387	(102.288)	(134.227)
Equipamentos	(993)	(3.954)	-	-	(4.947)
	(144.013)	(124.122)	55.222	(102.288)	(315.201)
Saldo líquido	495.024	6.664	(17.018)	99.461	584.131

Classes de Ativos	Consolidado			
	31/12/2020			
	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2020
<u>Movimentação do custo:</u>				
Torres	118.676	190.513	(31.519)	277.670
Veículos	30.316	3.542	(4.718)	29.140
Imóveis	177.122	24.379	(14.824)	186.677
Usinas fotovoltaicas	30.390	34.383	(761)	64.012
Fibras ópticas	58.282	16.322	-	74.604
Equipamentos	-	6.934	-	6.934
	414.786	276.073	(51.822)	639.037
<u>Movimentação da depreciação:</u>				
Torres	(22.257)	(30.487)	3.918	(48.826)
Veículos	(11.108)	(12.416)	3.457	(20.067)
Imóveis	(28.554)	(30.506)	2.362	(56.698)
Usinas fotovoltaicas	(1.994)	(2.667)	761	(3.900)
Fibras ópticas	(6.546)	(6.985)	2	(13.529)
Equipamentos	-	(993)	-	(993)
	(70.459)	(84.054)	10.500	(144.013)
Saldo líquido	344.327	192.019	(41.322)	495.024

Notas Explicativas**13. Ativo de direito de uso – CPC 06 (IFRS 16)--Continuação**

Classes de Ativos	Individual			Saldo 31/12/2021
	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas	
<u>Movimentação do custo:</u>				
Torres	274.817	47.470	(19.779)	302.508
Veículos	18.995	6.178	(18.424)	6.749
Imóveis	141.148	28.288	(3.556)	165.880
Usinas fotovoltaicas	64.012	6.246	(2.172)	68.086
Fibras ópticas	-	214	-	214
	498.972	88.396	(43.931)	543.437
<u>Movimentação da depreciação:</u>				
Torres	(47.791)	(39.184)	9.826	(77.149)
Veículos	(12.821)	(8.165)	18.257	(2.729)
Imóveis	(39.801)	(24.310)	3.353	(60.758)
Usinas fotovoltaicas	(3.900)	(4.025)	77	(7.848)
Fibras ópticas	-	(15)	-	(15)
	(104.313)	(75.699)	31.513	(148.499)
Saldo líquido	394.659	12.697	(12.418)	394.938

Classes de Ativos	Individual			Saldo 31/12/2020
	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	
<u>Movimentação do custo:</u>				
Torres	116.447	189.833	(31.463)	274.817
Veículos	18.892	2.564	(2.461)	18.995
Imóveis	136.287	15.246	(10.385)	141.148
Usinas fotovoltaicas	30.390	34.383	(761)	64.012
	302.016	242.026	(45.070)	498.972
<u>Movimentação da depreciação:</u>				
Torres	(21.780)	(29.929)	3.918	(47.791)
Veículos	(6.781)	(7.702)	1.662	(12.821)
Imóveis	(20.179)	(20.852)	1.230	(39.801)
Usinas fotovoltaicas	(1.994)	(2.667)	761	(3.900)
	(50.734)	(61.150)	7.571	(104.313)
Saldo líquido	251.282	180.876	(37.499)	394.659

Notas Explicativas

14. Empréstimos e financiamentos

As informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, são descritas a seguir. Outras informações, incluindo aquelas sobre o valor justo, sobre a exposição a risco de taxa de juros e liquidez estão na nota explicativa nº 32.

a) Arrendamento mercantil financeiro (leasing)

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado e Individual	
	Moeda nacional	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro	6.238	7.804
Pagamento de principal	(1.227)	(1.566)
Saldos em 31 de dezembro	5.011	6.238
Circulante	1.507	1.469
Não circulante	3.504	4.769
	5.011	6.238

	Consolidado e Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil financeiro - IAS17	5.011	6.238
Passivo circulante	1.507	1.469
Passivo não circulante	3.504	4.769

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e das controladas estão indexados de acordo com a tabela a seguir:

	Consolidado e Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Pré-fixada	5.011	6.238
Total	5.011	6.238

As taxas anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos são demonstradas a seguir:

Juros	Instituição financeira	31/12/2021	
		Consolidado	Individual
De 10,0% a 12,0%	SBA (Leasing)	5.011	5.011
Total		5.011	5.011

Juros	Instituição financeira	31/12/2020	
		Consolidado	Individual
De 0,00% a 4,0%	SBA (Leasing)	6.238	6.238
Total		6.238	6.238

Notas Explicativas**14. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

a) Arrendamento mercantil financeiro (leasing)--Continuação

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte maturidade:

31/12/2021			31/12/2020		
	Consolidado	Individual		Consolidado	Individual
2023	1.300	1.300	2022	1.378	1.378
2024	1.219	1.219	2023	1.293	1.293
2025	985	985	2024	1.213	1.213
2026	-	-	2025	885	885
Após 2027	-	-	Após 2025	-	-
	3.504	3.504		4.769	4.769

15. Debêntures e notas promissórias

a) Movimentação de debêntures e notas promissórias

	Consolidado e Individual
	31/12/2021
	Moeda nacional
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.448.896
Emissão de debêntures no exercício	700.000
Pagamento de principal	(530.500)
Pagamentos de juros e correção monetária	(162.693)
Atualização monetária no exercício	75.942
Juros incorrido no exercício	141.791
Total debêntures e notas promissórias	2.673.436
Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(22.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.651.181
Circulante	538.668
Não circulante	2.112.513
	2.651.181
	Consolidado e Individual
	31/12/2020
	Moeda nacional
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.267.311
Emissão de debêntures no exercício	150.000
Pagamentos de juros e correção monetária	(106.078)
Atualização monetária no exercício	28.418
Juros incorridos no exercício	109.245
Total debêntures e notas promissórias	2.448.896
Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(19.578)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.429.318
Circulante	610.321
Não circulante	1.818.997
	2.429.318

Notas Explicativas**15. Debêntures e notas promissórias--Continuação**

b) Informações adicionais de debêntures e notas promissórias

11ª emissão de debêntures

Em 12 de agosto de 2021, ocorreu a liquidação da 11ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, realizada por meio de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, no montante total de R\$ 700 milhões, recurso destinado a investimento na expansão do negócio da Companhia. A 1ª série, no montante de R\$ 400 milhões, tem vencimento em 15/07/2028 e a 2ª série, no montante de R\$ 300 milhões, tem vencimento em 15/07/2031.

Informações individualizadas por emissão, sem os gastos com as captações

Emissões	Consolidado e Individual		
	Valor Contratado	Pagamento de principal e juros em 2021	Saldo Devedor 31/12/2021
5ª emissão de debêntures	210.000	(142.727)	138.676
6ª emissão de debêntures	432.000	(101.693)	453.430
7ª emissão de debêntures	600.000	(24.257)	631.626
8ª emissão de debêntures	350.000	(11.744)	359.892
9ª emissão de debêntures	350.000	(13.242)	356.408
10ª emissão de debêntures	150.000	(158.444)	-
11ª emissão de debêntures	700.000	-	733.404
1ª emissão de notas promissórias	200.500	(241.086)	-
	2.992.500	(693.193)	2.673.436

Composição dos saldos de debêntures e notas promissórias:

	Consolidado e Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Moeda nacional:		
Principal	2.569.542	2.159.924
Juros	103.894	57.494
	2.673.436	2.217.418
(-) Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(22.255)	(18.888)
Total debêntures	2.651.181	2.198.530
Notas promissórias (nota 13c)	-	230.788
Total debêntures e notas promissórias	2.651.181	2.429.318
Passivo circulante	538.668	610.321
Passivo não circulante	2.112.513	1.818.997

Notas Explicativas**15. Debêntures e notas promissórias--Continuação**

a) Informações adicionais de debêntures e notas promissórias--Continuação.

	31/12/2021		
	Consolidado e Individual		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo de debêntures	545.656	2.127.780	2.673.436
(-) Gastos com emissão, a apropriar	(6.988)	(15.267)	(22.255)
Valor líquido debêntures	538.668	2.112.513	2.651.181

	31/12/2020		
	Consolidado e Individual		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo de debêntures	387.494	1.829.924	2.217.418
(-) Gastos com emissão, a apropriar	(7.961)	(10.927)	(18.888)
Valor líquido debêntures	379.533	1.818.997	2.198.530
Notas promissórias (nota 13c)	230.788	-	230.788
Total debêntures e notas promissórias	610.321	1.818.997	2.429.318

As debêntures e notas promissórias, sem a dedução dos gastos com emissão, apresentam a seguinte maturidade:

	31/12/2021		31/12/2020
	Consolidado e Individual		Consolidado e individual
2022	545.656	2021	618.972
2023	440.269	2022	460.739
2024	675.653	2023	422.912
2025	172.146	2024	653.711
2026	125.000	2025	167.562
Após 2026	714.712	Após 2025	125.000
	2.673.436		2.448.896

Os contratos de debêntures e notas promissórias da Companhia estão indexados de acordo com a tabela a abaixo:

	Consolidado e Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
CDI	1.741.733	1.772.345
IPCA	931.703	676.551
Total	2.673.436	2.448.896

Notas Explicativas

15. Debêntures e notas promissórias--Continuação

b) Informações adicionais de debêntures e notas promissórias--Continuação.

Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos para as debêntures e notas promissórias da Companhia, calculados trimestralmente, têm por base as demonstrações financeiras e informações intermediárias consolidadas da Companhia e estão apresentados no quadro abaixo.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Líquida/EBITDA – realizado (*)	= 2,15	= 1,79
Meta trimestral	≤ 3,00	< 2,25
EBITDA / Despesa financeira líquida – realizado (*)	= 5,33	= 7,89
Meta trimestral	≥ 2,00	> 2,00

(*) A dívida líquida utilizada no cálculo do índice não considera o passivo de arrendamento e está em conformidade com o previsto em cláusulas das emissões de debêntures e da 1ª emissão de notas promissórias.

c) Notas Promissórias Comerciais

Em 2021 a Companhia liquidou a totalidade do saldo a pagar de notas promissórias.

	Consolidado e individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Principal	-	200.500
Juros	-	30.978
	-	231.478
(-) Juros pagos, a apropriar	-	(149)
(-) Gastos com emissão de notas promissórias, a apropriar	-	(541)
	-	230.788

d) Cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia possui emissões de debêntures e notas promissórias, as quais contêm cláusulas restritivas (“covenants”). Essas cláusulas preveem índices mínimos para cobertura de dívida e índices máximos de endividamento, que devem ser mantidos durante toda a vigência dos respectivos contratos.

O não atingimento dos índices acordados, por dois períodos (trimestre ou semestre, conforme o contrato) consecutivos, ou por quatro períodos não consecutivos, implica o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias abrangidos por essa previsão contratual.

A Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 15 de julho de 2020, referente à 5ª emissão, aprovou a alteração do limite do Índice Financeiro “Dívida Financeira Líquida/EBITDA”, passando de “menor ou igual a 2,25” para “menor ou igual a 3,00”. Também foi aprovada a exclusão do termo “arrendamento mercantil” da definição de “Dívida Financeira Líquida.

Notas Explicativas

15. Debêntures e notas promissórias--Continuação

d) Cláusulas contratuais (covenants)--Continuação

Em 23 de outubro e em 3 de novembro de 2020, foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas, referentes, respectivamente, à 7ª e à 6ª emissões de debêntures, nas quais foram deliberadas as anuências prévias para a dispensa, por 7 trimestres consecutivos, contados a partir do primeiro trimestre de 2021 até o dia 30 de setembro de 2022, do cumprimento do Índice Financeiro “Dívida Líquida/EBITDA” menor ou igual a 2,25, sem que seja configurado evento de inadimplemento, desde que, durante esse período, o índice não ultrapasse a 3,00.

Conforme aprovado na Assembleia Geral dos Titulares de Notas Promissórias da 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, realizada em 5 de novembro de 2020, o índice financeiro referente à “Dívida Líquida / EBITDA” foi alterado de menor ou igual a 2,25 para menor ou igual a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os índices exigidos, em bases trimestrais, foram todos cumpridos.

16. Obrigações com outorga ANATEL

a) Movimentação da outorga 5G

	Consolidado e Individual
	31/12/2021
Aquisição de lotes do 5G – leilão da ANATEL	61.593
Pagamentos	(3.080)
Atualização monetária no exercício	344
Saldos em 31 de dezembro	58.857
Circulante	3.098
Não circulante	55.759
	58.857

b) Outras informações sobre a outorga 5G

O contrato referente à outorga 5G está indexado pela Selic, com juros entre 8,01 e 10%.

O passivo de longo prazo referente à outorga 5G apresenta a seguinte maturidade:

	31/12/2021
	Consolidado e Individual
2023	3.305
2024	3.179
2025	3.332
2026	4.082
Após 2027	41.861
	55.759

Notas Explicativas

17. Passivo de arrendamento – CPC 06 (IFRS 16)

Classes de Ativos	Consolidado							
	31/12/2021							
	Saldo 31/12/2020	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transfe- rências	Aquisição Vogel	Saldo 31/12/2021
<u>Passivo curto prazo:</u>								
Torres	45.484	9.421	(51.381)	(1.900)	16.482	29.290	-	47.396
Veículos	8.961	5.556	(13.552)	(203)	333	698	-	1.793
Imóveis	36.811	12.573	(44.708)	(1.716)	10.345	30.139	-	43.444
Usinas fotovoltaicas	6.889	1.021	(7.452)	(229)	5.276	2.100	-	7.605
Fibras ópticas	10.234	601	(10.944)	(99)	8.977	14.743	30.191	53.703
Equipamentos	2.265	3.620	(4.267)	(504)	482	3.731	-	5.327
	110.644	32.792	(132.304)	(4.651)	41.895	80.701	30.191	159.268
<u>Passivo longo prazo:</u>								
Torres	190.891	38.613	-	(8.208)	-	(29.290)	-	192.006
Veículos	587	2.419	-	(24)	-	(698)	-	2.284
Imóveis	101.414	31.064	-	(1.241)	-	(30.139)	-	101.098
Usinas fotovoltaicas	55.511	5.225	-	(1.866)	-	(2.100)	-	56.770
Fibras ópticas	54.484	2.393	-	(45)	-	(14.743)	55.375	97.464
Equipamentos	3.745	9.040	-	(1.175)	-	(3.731)	-	7.879
	406.632	88.754		(12.559)		(80.701)	55.375	457.501
Total curto e longo prazos	517.276	121.546	(132.304)	(17.210)	41.895		85.566	616.769

Classes de Ativos	Consolidado							
	31/12/2020							
	Saldo 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Saldo 31/12/2020	
<u>Passivo curto prazo:</u>								
Torres	25.609	26.800	(38.768)	(4.022)	11.953	23.912	45.484	
Veículos	12.280	2.311	(13.514)	(1.082)	1.037	7.929	8.961	
Imóveis	35.074	7.408	(37.765)	(3.541)	10.572	25.063	36.811	
Usinas fotovoltaicas	3.603	3.623	(5.101)	-	3.715	1.049	6.889	
Fibras ópticas	9.246	2.490	(10.804)	-	5.432	3.870	10.234	
Equipamentos	-	2.265	(1.081)	-	157	924	2.265	
	85.812	44.897	(107.033)	(8.645)	32.866	62.747	110.644	
<u>Passivo longo prazo:</u>								
Torres	74.273	163.713	-	(23.183)	-	(23.912)	190.891	
Veículos	7.519	1.232	-	(235)	-	(7.929)	587	
Imóveis	118.446	16.970	-	(8.939)	-	(25.063)	101.414	
Usinas fotovoltaicas	25.799	30.760	-	-	-	(1.048)	55.511	
Fibras ópticas	44.523	13.832	-	-	-	(3.871)	54.484	
Equipamentos	-	4.669	-	-	-	(924)	3.745	
	270.560	231.176	-	(32.357)	-	(62.747)	406.632	
Total curto e longo prazos	356.372	276.073	(107.033)	(41.002)	32.866	-	517.276	

Notas Explicativas

17. Passivo de arrendamento – CPC 06 (IFRS 16)--Continuação

Classes de Ativos	Individual						Saldo 31/12/2021
	31/12/2021						
	Saldo 31/12/2020	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	
<u>Passivo curto prazo:</u>							
Torres	44.803	9.186	(50.582)	(1.867)	16.352	28.731	46.623
Veículos	5.940	3.758	(8.678)	(149)	234	668	1.773
Imóveis	26.047	5.855	(30.586)	(115)	8.344	21.166	30.711
Usinas fotovoltaicas	6.889	1.021	(7.434)	(247)	5.276	2.100	7.605
Fibras ópticas	-	47	(16)	-	3	13	47
	83.679	19.867	(97.296)	(2.378)	30.209	52.678	86.759
<u>Passivo Longo Prazo:</u>							
Torres	189.654	38.284	-	(8.181)	-	(28.731)	191.026
Veículos	556	2.419	-	(23)	-	(668)	2.284
Imóveis	81.968	22.432	-	(87)	-	(21.166)	83.146
Usinas fotovoltaicas	55.510	5.225	-	(1.866)	-	(2.100)	56.769
Fibras ópticas	-	167	-	-	-	(13)	154
	327.688	68.527	-	(10.157)	-	(52.678)	333.380
Total curto e longo prazos	411.367	88.394	(97.296)	(12.535)	30.209	-	420.139

Classes de Ativos	Individual						Saldo 31/12/2020
	31/12/2020						
	Saldo 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	
<u>Passivo curto prazo:</u>							
Torres	25.067	26.642	(38.108)	(4.067)	11.875	23.394	44.803
Veículos	7.583	1.509	(8.386)	(679)	670	5.243	5.940
Imóveis	25.006	3.906	(26.493)	(1.772)	8.361	17.039	26.047
Usinas fotovoltaicas	3.603	3.623	(5.101)	-	3.715	1.049	6.889
	61.259	35.680	(78.088)	(6.518)	24.621	46.725	83.679
<u>Passivo Longo Prazo:</u>							
Torres	73.002	163.191	-	(23.145)	-	(23.394)	189.654
Veículos	4.898	1.055	-	(154)	-	(5.243)	556
Imóveis	95.040	11.340	-	(7.373)	-	(17.039)	81.968
Usinas fotovoltaicas	25.799	30.760	-	-	-	(1.049)	55.510
	198.739	206.346	-	(30.672)	-	(46.725)	327.688
Total curto e longo prazos	259.998	242.026	(78.088)	(37.190)	24.621	-	411.367

Notas Explicativas

17. Passivo de arrendamento – CPC 06 (IFRS 16)--Continuação

Pagamentos mínimos:

Consolidado - 31/12/2021						
	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	PIS/COFINS potencial 9,25%
Valores mínimos a pagar	195.008	318.931	246.535	65.210	825.683	76.376
Despesas de juros	(35.740)	(103.777)	(57.600)	(11.798)	(208.914)	-
	159.268	215.154	188.935	53.412	616.769	76.376

Individual - 31/12/2021						
	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	PIS/COFINS potencial 9,25%
Valores mínimos a pagar	114.738	256.536	141.345	46.536	559.155	51.722
Despesas de juros	(27.979)	(70.167)	(30.994)	(9.876)	(139.016)	-
	86.759	186.369	110.351	36.660	420.139	51.722

Consolidado - 31/12/2020						
	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	PIS/COFINS potencial 9,25%
Valores mínimos a pagar	115.937	341.684	193.252	65.821	716.694	66.294
Despesas de juros	(36.436)	(98.687)	(50.762)	(13.532)	(199.417)	-
	79.501	242.997	142.490	52.289	517.277	66.294

Individual - 31/12/2020						
	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	PIS/COFINS potencial 9,25%
Valores mínimos a pagar	87.738	279.898	150.584	39.607	557.827	51.599
Despesas de juros	(28.306)	(74.941)	(33.465)	(9.748)	(146.460)	-
	59.432	204.957	117.119	29.859	411.367	51.599

Contratos por prazo e taxa de descontos

Prazos dos contratos	Taxa anual		Prazos dos contratos	Taxa anual	
	Sem garantia	Com garantia (*)		Sem garantia	Com garantia (*)
1 ano	2,91%	2,41%	16 anos	8,67%	8,17%
2 anos	4,01%	3,51%	17 anos	8,77%	8,27%
3 anos	4,81%	4,31%	18 anos	8,87%	8,37%
4 anos	5,46%	4,96%	19 anos	8,94%	8,44%
5 anos	6,03%	5,53%	20 anos	9,03%	8,53%
6 anos	6,51%	6,01%	21 anos	9,09%	8,59%
7 anos	6,85%	6,35%	22 anos	9,15%	8,65%
8 anos	7,20%	6,70%	23 anos	9,21%	8,71%
9 anos	7,48%	6,98%	24 anos	9,27%	8,77%
10 anos	7,75%	7,25%	25 anos	9,32%	8,82%
11 anos	7,93%	7,43%	26 anos	9,37%	8,87%
12 anos	8,10%	7,60%	27 anos	9,42%	8,92%
13 anos	8,28%	7,78%	28 anos	9,47%	8,97%
14 anos	8,45%	7,95%	29 anos	9,51%	9,01%
15 anos	8,55%	8,05%	30 anos	9,55%	9,05%

(*) Somente para o grupo de imóveis.

Notas Explicativas

18. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	66.364	67.246	29.979	30.064
Taxas Anatel (*)	34.306	-	34.306	-
PIS e Cofins	9.861	8.395	4.904	4.527
IRRF	7.893	6.080	4.056	3.170
IRPJ e CSLL	7.642	-	-	-
ISS	962	571	319	223
INSS	463	204	153	80
Outros Tributos Circulantes	3.673	2.528	2.168	1.708
	131.164	85.024	75.885	39.772

(*) os saldos de 31/12/2020, classificados na rubrica fornecedores, foram R\$ 15.128 no consolidado e individual, respectivamente.

19. Salários, provisões e encargos sociais

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários e ordenados	22.055	14.505	6.934	7.753
Encargos sociais sobre salários e ordenados	21.484	8.899	11.528	4.836
Férias e encargos	51.229	49.427	26.573	27.257
Gratificações	48.704	58.409	28.337	32.009
Outras obrigações trabalhistas	329	626	128	270
	143.801	131.866	73.500	72.125
Passivo circulante	134.065	125.536	66.572	68.412
Passivo não circulante (gratificações)	9.736	6.330	6.928	3.713

20. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente seus riscos para demandas judiciais e administrativas, considerando critérios jurídicos, e contábeis. Esses riscos são classificados com base na expectativa de perda, podendo ser provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade existente em cada caso, segundo análises e avaliações dos assessores jurídicos.

Por determinação legal ou por cautela, são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados aos processos provisionados ou não provisionados.

Notas Explicativas

20. Provisões e depósitos judiciais--Continuação

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

	Consolidado				
	Processos				Total
	Trabalhistas	Tributárias	Adm. Anatel	Cíveis e outros	
Provisões em 31/12/2019	12.273	118.295	59.145	9.282	198.995
Adições	13.945	23.973	7.472	19.875	65.265
Atualização monetária	1.392	14.172	1.491	25.499	42.554
Baixas	(8.360)	(9.597)	(19.618)	(5.596)	(43.171)
Pagamentos	(98)	(2.791)	(424)	(2.873)	(6.186)
Provisões em 31/12/2020	19.152	144.052	48.066	46.187	257.457
Depósitos judiciais	(1.745)	(42.232)	(3.185)	(1.749)	(48.911)
Provisões líquidas em 31/12/2020	17.407	101.820	44.881	44.438	208.546
Direito indenizatório de provisões	(147)	(1.930)	-	-	(2.077)
Provisões líquidas em 31/12/2020,	17.260	99.890	44.881	44.438	206.469
Provisões em 31/12/2020	19.152	144.052	48.066	46.187	257.457
Saldos de abertura de sociedade adquirida no exercício – Vogel (v)	9.624	7.964	-	17.104	34.692
Adições (ii)	11.411	2.956	5.023	28.728	48.118
Atualização monetária	2.116	5.416	8.256	53.819	69.607
Baixa por ganho (iii)	(6.262)	(10.037)	(4.681)	(7.280)	(28.260)
Baixa por prescrição	-	(16.122)	-	-	(16.122)
Baixa por perda	(3.662)	-	-	(3.591)	(7.253)
Pagamentos	(3.653)	(339)	(529)	(4.209)	(8.730)
Provisões em 31/12/2021	28.726	133.890	56.135	130.758	349.509
Depósitos judiciais	(1.903)	(43.110)	(3.523)	(374)	(48.910)
Provisões líquidas em 31/12/2021	26.823	90.780	52.612	130.384	300.599
Direito indenizatório de provisões (i)	(147)	(1.991)	-	-	(2.138)
Provisões líquidas em 31/12/2021, ajustadas (iv)	26.676	88.789	52.612	130.384	298.461

- (i) Refere-se a riscos tributários e trabalhistas de responsabilidade dos sócios vendedores da Optitel Participações e Franquias S.A. e Optitel Redes e Telecomunicações Ltda., sociedades incorporadas pela Algar Soluções. Os sócios vendedores são responsáveis pelos tributos, contribuições fiscais e previdenciárias, inclusive os acréscimos legais, relativamente a fatos geradores ocorridos anteriormente à transferência do controle dessas sociedades para a adquirente CTBC Serviços de Call Center, atual Algar Soluções.
- (ii) Adições de provisões no período, decorrente de novos processos e por alteração de grau de risco de certas demandas, de possível para provável.
- (iii) Baixas por prescrição de processos e por revisão de grau de risco de certas demandas judiciais, envolvendo reversão.
- (iv) O saldo inclui provisões tributárias, reconhecidas pela Smart Telecomunicações, para as quais possui direito indenizatório reconhecido no ativo não circulante, consolidado, no montante de R\$19.841. Os sócios vendedores da Smart são responsáveis por esses riscos tributários, cujos fatos geradores ocorreram antes da transferência do controle para a Companhia, conforme previsto em cláusula do contrato de compra e venda.
- (v) Refere-se à inclusão da Vogel na consolidação, empresa adquirida em agosto de 2021, a qual possui riscos de natureza tributária, trabalhista e cível. Os sócios vendedores da Vogel são responsáveis por esses riscos, cujos fatos geradores ocorreram antes da transferência do controle para a Companhia, conforme previsto em cláusula do contrato de compra e venda.

Notas Explicativas**20. Provisões e depósitos judiciais--Continuação**a) Processos judiciais e administrativos provisionados--Continuação

	Individual				Total
	Trabalhistas	Tributárias	Processos Adm. Anatel	Cíveis e outros	
Provisões em 31/12/2019	7.262	59.645	59.145	6.679	132.731
Adições	7.348	21.614	7.435	14.679	51.076
Atualização monetária	795	11.963	1.491	25.207	39.456
Baixas	(4.534)	(39)	(19.619)	(4.277)	(28.469)
Pagamentos	(43)	(2.259)	(424)	(1.690)	(4.416)
Provisões em 31/12/2020	10.828	90.924	48.028	40.598	190.378
Depósitos judiciais	(1.139)	(36.970)	(3.185)	(1.633)	(42.927)
Provisões Líquidas em 31/12/2020	9.689	53.954	44.843	38.965	147.451
Provisões em 31/12/2020	10.828	90.924	48.028	40.598	190.378
Adições	5.273	1.494	4.785	24.904	36.456
Atualização monetária	1.178	3.958	8.213	49.632	62.981
Baixa por ganho	(3.120)	(16.745)	(4.680)	(5.822)	(30.367)
Baixa por perda	(2.006)	-	-	(3.422)	(5.428)
Pagamentos	(1.562)	(304)	(529)	(3.972)	(6.367)
Provisões em 31/12/2021	10.591	79.327	55.817	101.918	247.653
Depósitos judiciais	(449)	(37.700)	(3.523)	(328)	(42.000)
Provisões Líquidas em 31/12/2021	10.142	41.627	52.294	101.590	205.653

Os processos judiciais e administrativos e demais riscos têm como principais objetos:

Cíveis (valor da provisão, consolidado: R\$130.758)

- (i) Ações judiciais movidas por consumidores (inscrição em cadastro de inadimplentes, habilitação de serviços, contestação de contas e bloqueio de serviços) (valor envolvido R\$ 29.347).
- (ii) Discussões judiciais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais, e com ex-clientes (valor envolvido R\$ 6.299).
- (iii) Ações coletivas movidas por entidades representativas de consumidores. (valor envolvido R\$ 3.305).
- (iv) Demandas judiciais da Algar Telecom, Algar Multimídia e Algar Soluções, com concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea/aérea de infraestrutura de telecom nas faixas de domínio das rodovias. Tendo em vista a evolução dos processos judiciais, houve incremento de provisão, montando o valor de R\$ 21.168 de principal e R\$ 70.639 de financeiras. (valor envolvido: R\$91.807). A variação no período deve-se principalmente a um aprofundamento na análise dos valores envolvendo o direito de passagem, após um mapeamento da rede da Companhia em faixas de domínio, além de reconhecimento de atualização monetária no período.

Processos administrativos e judiciais regulatórios (valor da provisão, consolidado: R\$56.135)

- (i) Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL.

Notas Explicativas

20. Provisões e depósitos judiciais--Continuação

a) Processos judiciais e administrativos provisionados--Continuação

Trabalhistas (valor da provisão, consolidado: R\$28.726)

- (i) Reclamatórias trabalhistas, envolvendo a Companhia e as controladas Algar Multimídia, Algar Soluções, Smart e Vogel, que discutem vínculos de emprego, responsabilidade subsidiárias, horas extras, diferenças salariais e indenizações por acidentes de trabalho.

Tributários (valor da provisão consolidado: R\$133.890)

- (i) Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST"): a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Algar Soluções mantêm, desde 2006, discussão judicial em face das alterações impostas pela Súmula nº 07/2005 da ANATEL, que, ilegalmente, vedou a exclusão das receitas de interconexão e EILD da base de cálculo da contribuição, bem como impôs a sua cobrança retroativamente ao ano 2000. (valor da provisão: R\$22.885 e depósito judicial vinculado: R\$31.417).
- ii) ICMS: a Companhia e suas controladas Algar Multimídia e Algar Soluções possuem discussões sobre direito a créditos de ICMS; exigência de ICMS sobre operações de leasing; exigência relativa a ICMS sobre operações não enquadradas no conceito legal de prestação de serviços de telecomunicações. (valor da provisão: R\$16.766).
- (iii) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE): a Companhia e a sua controlada Algar Multimídia, questionam a legalidade e constitucionalidade da exação para as empresas de comunicações, vez que se trata de contribuição destinada à promoção do audiovisual nacional, não havendo referibilidade com a prestação de serviço de comunicação para justificar a intervenção no referido setor econômico (valor da provisão: R\$11.534 e depósito judicial vinculado: R\$16.520).
- (iv) Mandado de segurança impetrado pela Algar Telecom e suas controladas, que discute o não recolhimento de IRPJ e CSLL sobre os juros de mora cobrados de seus clientes, tendo em vista que a natureza jurídica dos juros tem caráter indenizatório. (Valor da provisão: R\$7.365).
- (v) Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (EBC): a Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da referida contribuição por ofensa ao princípio da anterioridade/irretroatividade, bem como por ausência de referibilidade entre a atividade econômica explorada pelas companhias e a finalidade da contribuição (valor provisionado: R\$12.488 e depósito judicial vinculado: R\$12.456).
- (vi) IRPJ e CSLL: referem-se a tributos sobre a baixa de valores devidos a terceiros. A Companhia e a sua controlada Algar Multimídia efetuaram a baixa, em novembro de 2017, em decorrência do decurso do prazo prescricional aplicável (valor da provisão: R\$11.429).

Notas Explicativas**20. Provisões e depósitos judiciais--Continuação****b) Depósitos Judiciais**

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais sem provisões:				
Tributário	19.226	22.248	19.080	22.071
Trabalhista	5.543	1.002	718	737
Cível	1.074	748	704	677
Pados – ANATEL	-	-	-	-
	25.843	23.998	20.502	23.485
Depósitos judiciais com provisões:				
Tributário	43.110	42.232	37.700	36.970
Trabalhista	1.903	1.745	449	1.139
Cível	374	1.749	328	1.633
Pados – ANATEL	3.523	3.185	3.523	3.185
	48.910	48.911	42.000	42.927
Total	74.753	72.909	62.502	66.412

c) Processos judiciais e administrativos não provisionados

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	278.021	243.900	201.062	173.805
Trabalhistas	40.007	51.676	24.827	40.092
Processos Regulatórios – ANATEL	214.834	231.532	214.493	230.684
Cíveis	393.753	333.104	353.139	189.679
Total	926.615	860.212	793.521	634.260

Os principais processos da Companhia e de suas controladas, com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

Tributários - (valor envolvido R\$278.021)

- (i) Taxa de Fiscalização de Instalação/Funcionamento (“TFI/TFF”): cobrança, em face da Algar Telecom, quando da prorrogação da autorização da licença para operação das suas estações. A cobrança está baseada em resolução da ANATEL que ampliou a hipótese de incidência da referida taxa. Bem como discussões de TFI/TFF das movimentações mensais (valor envolvido: R\$24.548).
- (ii) Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (“FUNTTEL”) e FUST: a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Algar Soluções, impugnam lançamentos referentes a diferenças apuradas no recolhimento das contribuições ao FUST e FUNTTEL, em decorrência da inclusão na base de cálculo da contribuição de receitas de interconexão, EILD, e de outros serviços que não constituem serviços de telecomunicações (valor envolvido: R\$114.647).
- (iii) ICMS: a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Algar Soluções, possuem discussão relativa à escrituração de créditos de ICMS em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal de entrada, discussão relativa à exigência de ICMS sobre operações não enquadradas no conceito legal de prestação de serviços de telecomunicações, discussão judicial quanto a incidência de ICMS sobre receitas de locações de fibras apagadas, e sobre importação de equipamentos (valor envolvido: R\$104.104).

Notas Explicativas

20. Provisões e depósitos judiciais--Continuação

c) Processos judiciais e administrativos não provisionados--Continuação

Trabalhistas - (valor envolvido R\$40.007)

- (i) A Companhia e suas controladas Algar Multimídia, Algar Soluções e Vogel possuem ações trabalhistas envolvendo discussões relacionadas a dano moral e material, jornada de trabalho, vale-transporte, benefícios e honorários advocatícios.

Processos administrativos e judiciais regulatórios - (valor envolvido R\$214.834)

- (i) Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL (valor envolvido R\$173.282).
- (ii) Demandas administrativas e judiciais em que se discute a divergência na base de cálculo dos montantes devidos na prorrogação da concessão do STFC e autorização SMP (valor envolvido R\$41.552).

Cíveis - (valor envolvido R\$393.753)

- (i) Ações judiciais movidas por consumidores (inscrição em cadastro de inadimplentes, habilitação de serviços, contestação de contas e bloqueio de serviços) (valor envolvido R\$55.201).
- (ii) Discussões contratuais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais e discussões judiciais com ex-clientes corporativos (valor envolvido R\$37.428).
- (iii) Ações coletivas movidas por entidades representativas de consumidores. (valor envolvido R\$11.539)
- (iv) Ação judicial pautada em direito autoral em virtude de suposta utilização irregular de serviço patenteado (não estimado).
- (v) Processos judiciais discutindo a distribuição e comercialização de cartões indutivos de telefones de uso público (não estimado).
- (vi) Demandas judiciais da Algar Telecom, Algar Multimídia e Algar Soluções, com concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea de cabos na faixa de domínio das rodovias, por ser considerado bem de uso comum, não abarcado no objeto da concessão outorgada às concessionárias (valor envolvido: R\$289.585).
A variação no período deve-se principalmente a um aprofundamento na análise dos valores envolvendo o direito de passagem, após um mapeamento da rede da Companhia em faixas de domínio, além de reconhecimento de atualização monetária no período.

Notas Explicativas

21. Fornecedores

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores faturados	371.068	181.191	181.341	98.214
Fornecedores a faturar	24.367	44.959	16.517	27.913
Obrigações com tráfego de interconexão e cobrança conjunta	20.042	15.964	20.042	15.964
	415.477	242.114	217.900	142.091

22. Receitas antecipadas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita com arrendamento mercantil	34.255	19.913	15.721	19.913
Receita com créditos de celular pré-pago	2.494	5.075	2.494	5.076
Receita de serviços de telecomunicações	2.098	2.230	-	-
	38.847	27.218	18.215	24.989
Passivo circulante	9.197	9.455	6.686	9.268
Passivo não circulante	29.650	17.763	11.529	15.721

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral quando inteiramente subscrito ou quando a diferença entre o capital social subscrito e o autorizado não comportar a capitalização prevista para o exercício social.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$1.721.420.

Até o limite do capital social autorizado, o capital social subscrito poderá ser aumentado independentemente de alteração estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, por proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, quando instalado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

A critério do Conselho de Administração, poderá, dentro do limite do capital social autorizado, ser realizada a emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, ou ainda, nos termos de lei especial de incentivos fiscais.

As ações ordinárias conferem a seus titulares o direito de voto, cabendo um voto para cada ação da Companhia.

Notas Explicativas**23. Patrimônio líquido—Continuação**a) Capital social--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o valor do capital social da Companhia e o valor patrimonial da ação (VPA) eram como segue:

	Individual	
	31/12/2020	31/12/2020
Valor do capital social	826.831	826.831
Quantidade de Ações (ON)	295.019.806	295.019.806
Valor do patrimônio líquido da Companhia	1.606.482	1.455.808
Valor patrimonial da ação (VPA) em R\$	5,4453	4,9346

b) Dividendos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia propôs dividendos a pagar, mínimo obrigatório, no montante de R\$ 76.311, correspondendo a 35% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal, conforme previsto no Estatuto Social.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2021, saldo de dividendos a pagar, no passivo circulante, no montante de R\$ 77.502, sendo R\$ 76.311 referente ao exercício de 2021 e R\$ 1.191 referente a exercícios anteriores.

Os dividendos propostos pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados abaixo.

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	229.505	202.376
Reserva legal - 5%	(11.475)	(10.119)
Resultado base para distribuição de dividendos	218.029	192.257
Dividendos mínimos obrigatórios (35%)	76.311	67.290
Dividendo por Ação ON (em R\$)	0.259165	0,228087
Dividendos por classes de ações:		
<i>Quantidade de ações:</i>		
ON	295.019.806	295.019.806
Total de ações	295.019.806	295.019.806
Total de dividendos por classes de ações:		
Total dividendos - ações ON	76.311	67.290
Total dos dividendos propostos	76.311	67.290

c) Reserva de retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos sobre o lucro do exercício, o saldo remanescente de lucros acumulados foi incorporado à reserva de retenção de lucro, ficando à disposição da Companhia para o cumprimento do orçamento de 2022 e do Plano de Longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, conforme ata da reunião realizada em 7 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

24. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Além das obrigações oriundas da legislação trabalhista e dos acordos com entidades representantes de seus associados, a Companhia e suas controladas concedem plano de saúde, convênio odontológico, seguro de vida em grupo, programas de auxílio à educação e programas de participação nos resultados.

As provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações com “salários, provisões e encargos sociais”. Esses benefícios são registrados nas contas de custos e despesas no resultado quando incorridos e os saldos ainda não liquidados estão apresentados na Nota Explicativa nº 18.

Plano de previdência complementar - Plano de Aposentadoria Algar-Prev

A Companhia e suas controladas e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um plano de aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev.

Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos:

- (a) Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente;
- (b) Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia e suas controladas o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia.

O valor das contribuições realizadas são como segue:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição	289	364	135	216

Notas Explicativas

25. Partes relacionadas

A controladora direta da Companhia é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações (“Algar S.A.”).

Abaixo estão demonstrados os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como os efeitos das transações entre partes relacionadas nos resultados desses períodos.

	Consolidado			
	Saldos - ativo circulante			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Contas a receber	Total	Contas a receber	Total
(a)		(a)		
Controladora:				
Algar S.A.	53	53	59	59
Total	53	53	59	59
Outras partes relacionadas:				
Algar TI	6	6	5	5
Algar Tecnologia	825	825	498	498
Engeset	56	56	60	60
CTRQ – (AVIVA)	119	119	137	137
Outros	17	17	7	7
Total	1.023	1.023	707	707
Total partes relacionadas	1.077	1.077	766	766

	Consolidado							
	Saldos - passivo circulante							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Fornecedores	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Fornecedores	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
(d)	(e)	(f)		(d)	(e)	(f)		
Controladora:								
Algar S.A.	-	5.021	51.791	56.812	999	3.926	45.580	50.505
Total	-	5.021	51.791	56.812	999	3.926	45.580	50.505
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	8.046	-	-	8.046	1.852	-	-	1.852
Algar TI	626	-	-	626	744	-	-	744
Engeset	8	-	-	8	47	-	-	47
Space								
Empreendimentos	19	-	-	19	423	-	-	423
Archy LLC (acionista)	-	-	19.346	19.346	-	-	17.026	17.026
Outros	3	-	6.365	6.368	172	-	7.704	7.876
Total	8.702	-	25.711	34.413	3.238	-	24.730	27.968
Total partes relacionadas	8.702	5.021	77.502	91.225	4.237	3.926	70.310	78.473

Notas Explicativas

25. Partes relacionadas—Continuação

	Resultado - Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Receita operacional bruta	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Receita operacional bruta	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas
(g)	(h)	(h)	(h)	(g)	(h)	(h)	(h)	
Controladora:								
Algar S.A.	204	-	(179)	(13)	431	(432)	(2)	(1)
Total	204	-	(179)	(13)	431	(432)	(2)	(1)
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	3.719	(8.221)	(35.546)	-	3.487	(5.834)	(29.430)	-
Algar TI Consultoria	79	(2.819)	-	(28)	120	(2.294)	(2.265)	(127)
Engeset	44	-	-	-	170	(390)	-	-
ABC Inco	-	-	-	-	55	-	-	-
Space	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimentos	48	(20.540)	(5.500)	(2.015)	54	(19.191)	(6.265)	(1.887)
Unialgar	-	-	-	-	-	-	-	-
CTRQ – (AVIVA)	867	-	-	-	1.041	-	-	-
Arvore	5	(2.702)	(1.348)	(616)	4	(2.554)	(1.251)	(572)
Outros	245	(27)	-	-	176	-	-	-
Total	5.007	(34.309)	(42.394)	(2.659)	5.107	(30.263)	(39.211)	(2.586)
Total partes relacionadas	5.211	(34.309)	(42.573)	(2.672)	5.538	(30.695)	(39.213)	(2.587)

	Individual							
	Saldos - ativo circulante							
	31/12//2021				31/12/2020			
Contas a receber	Títulos a receber	Dividendos a receber	Total	Contas a receber	Títulos a receber	Dividendo a receber	Total	
(a)	(b)	(c)		(a)	(b)	(c)		
Controladora:								
Algar S.A.	41	-	-	41	41	-	-	41
Total	41	-	-	41	41	-	-	41
Controladas diretas:								
Algar Multimídia	2.312	2.178	9.611	14.101	1.601	2.740	27.650	31.991
Algar Soluções	-	1.614	35.871	37.485	-	23	19.784	19.807
Smart	316	71	-	386	316	6	-	322
Total	2.628	3.863	45.482	51.972	1.917	2.769	47.434	52.120
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	118	-	-	118	267	-	-	267
Algar TI	-	-	-	0	1	-	-	1
Engeset	52	-	-	52	51	-	-	51
CTRQ – (AVIVA)	119	-	-	119	119	-	-	119
Outros	4	-	-	4	-	-	-	-
Total	293	-	-	293	438	-	-	438
Total partes relacionadas	2.962	3.863	45.482	52.306	2.396	2.769	47.434	52.599

Notas Explicativas**25. Partes relacionadas—Continuação**

	Individual								
	Saldos - passivo circulante								
	31/12/2021				31/12/2020				
	Títulos a pagar		Dividendos a pagar		Títulos a pagar		Dividendos a pagar		Total
Fornecedores	(d)	(e)	(f)	Total	Fornecedores	(d)	(e)	(f)	
Controladora:									
Algar S.A.	-	3.700	51.791	55.491	999	3.616	45.580	50.195	50.195
Total	-	3.700	51.791	55.491	999	3.616	45.580	50.195	50.195
Controladas diretas:									
Algar Multimídia	1.983	-	-	1.983	696	-	-	-	696
Algar Soluções	1.118	-	-	1.118	-	-	-	-	-
Smart	631	-	-	631	-	-	-	-	-
Total	3.732	-	-	3.732	696	-	-	-	696
Outras partes relacionadas:									
Algar Tecnologia	7.886	-	-	7.886	1.714	-	-	-	1.714
Algar TI	188	-	-	188	274	-	-	-	274
Engeset	8	-	-	8	8	-	-	-	8
Space Empreendimentos	21	-	-	21	152	-	-	-	152
Archy LLC (acionista)	-	-	19.346	19.346	-	-	17.026	17.026	17.026
Árvore	-	-	-	-	172	-	-	-	172
Outros	3	-	6.365	6.368	-	-	7.704	7.704	7.704
Total	8.106	-	25.711	33.817	2.320	-	24.730	27.050	27.050
Total partes relacionadas	11.838	3.700	77.502	93.040	4.015	3.616	70.310	77.941	77.941

Notas Explicativas

25. Partes relacionadas—Continuação

	Resultado - Individual							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Receita operacional bruta	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Receita operacional bruta	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas
(g)	(h)	(h)	(h)	(g)	(h)	(h)	(h)	
Controladora:								
Algar S.A.	92	-	(179)	(12)	78	(432)	(2)	(1)
Total	92	-	(179)	(12)	78	(432)	(2)	(1)
Controladas diretas:								
Algar Multimídia	1.041	(5.589)	-	-	642	(2.825)	(1)	-
Algar Soluções	455	(1.744)	-	-	-	(2.116)	-	-
Smart			-	-	126	-	-	-
Total	1.497	(7.334)	-	-	768	(4.941)	(1)	-
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	2.259	(8.221)	(32.932)	-	2.064	(5.804)	(27.967)	-
Algar TI	11	(940)	-	(28)	22	(167)	(2.265)	(127)
Engeset	21	-	-	-	85	(190)	-	-
Space								
Empreendimentos	48	(13.977)	(4.608)	(1.723)	49	(13.366)	(4.556)	(1.595)
Árvore	5	(2.702)	(1.348)	(616)	4	(2.554)	(1.251)	(572)
CTRQ – (AVIVA)	563	-	-	-	827	-	-	-
Outras	215	(27)	-	-	174	-	-	-
Total	3.122	(25.867)	(38.888)	(2.367)	3.225	(22.081)	(36.039)	(2.294)
Total partes relacionadas	4.711	(33.200)	(39.067)	(2.379)	4.071	(27.454)	(36.042)	(2.295)

Os saldos e valores decorrentes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue:

- Refere-se a contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais das empresas.
- Créditos por repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar, decorrentes de utilização partilhada de soluções de infraestruturas.
- Saldos de dividendos a receber de controladas.
- Obrigações pelo fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar.
- Débitos por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar, decorrentes de negociação corporativa com o compartilhamento de soluções de infraestruturas utilizadas nas atividades operacionais.
- Dividendos a pagar.
- Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas.
- Refere-se a custos e despesas com serviços de telecomunicações; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; serviço de telemarketing, administração de *call center*, locação de pontos de atendimento, cobrança e *back office*.

Notas Explicativas

25. Partes relacionadas--Continuação

Avais e fianças

Conforme Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 15 de julho de 2020, foi assinado o segundo aditamento ao instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures, onde foi deliberada, entre outros assuntos, a liberação da garantia fidejussória adicional prestada pela garantidora Algar S.A. Empreendimentos e Participações, no âmbito da 5ª Emissão, com a consequente exclusão das referências relacionadas à garantia e à garantidora.

Remuneração dos administradores

As remunerações dos administradores, os quais são representados pelos membros do conselho de administração e pelos diretores estatutários, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia e controladas, são computadas como custos e despesas do período, incluindo os benefícios e encargos sociais correspondentes.

Os valores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são apresentados como segue:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários e outros benefícios de curto prazo:				
<u>Conselho de administração:</u>				
Remuneração fixa	4.490	4.480	4.490	4.480
<u>Diretoria executiva:</u>				
Remuneração fixa	7.563	6.718	2.541	2.189
Remuneração variável	6.322	5.306	1.870	1.527
Previdência privada	106	299	37	82
	18.481	16.803	8.938	8.278

26. Receita operacional líquida

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Telecom	3.326.519	3.035.577	1.942.745	1.867.112
B2B	2.144.714	1.842.802	810.151	717.379
B2C	1.181.805	1.192.775	1.132.594	1.149.733
Receita operacional bruta	3.326.519	3.035.577	1.942.745	1.867.112
Impostos e deduções	(738.112)	(684.806)	(422.050)	(410.807)
Receita operacional líquida	2.588.407	2.350.771	1.520.695	1.456.305

Notas Explicativas**27. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas**

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(221.831)	(211.798)	(118.708)	(119.418)
Materiais	(20.721)	(15.519)	(11.900)	(10.512)
Serviços de terceiros	(245.528)	(225.896)	(127.626)	(141.569)
Interconexão e meios de conexão	(154.840)	(112.860)	(118.587)	(86.770)
Aluguéis e seguros	(91.689)	(105.718)	(53.455)	(68.825)
Depreciação e amortização	(408.870)	(378.288)	(247.686)	(243.511)
Depreciação de Direito de Uso - CPC 06 (IFRS 16)	(90.039)	(71.202)	(65.594)	(52.039)
Custos das mercadorias vendidas	(103.232)	(107.936)	(77.848)	(82.542)
Outros	(7.325)	(37.827)	(27.668)	(35.400)
	(1.344.075)	(1.267.044)	(849.072)	(840.586)

28. Despesas com vendas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(178.587)	(162.859)	(74.872)	(71.407)
Materiais	153	(696)	155	(168)
Serviços de terceiros	(160.687)	(149.619)	(124.080)	(117.154)
Propaganda e marketing	(26.617)	(24.417)	(20.512)	(19.874)
Provisão para perda esperada de contas a receber	(43.565)	(40.042)	(32.763)	(32.260)
Aluguéis e seguros	(41.267)	(10.904)	(4.782)	(778)
Depreciação e amortização	(30.035)	(30.188)	(22.163)	(21.707)
Depreciação de Direito de Uso - CPC 06 (IFRS 16)	(8.984)	(8.904)	(6.210)	(6.684)
Outros	(2.780)	(10.798)	(6.754)	(10.060)
	(492.369)	(438.427)	(291.981)	(280.092)

29. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(96.508)	(82.393)	(50.407)	(55.882)
Serviços de terceiros	(82.396)	(57.097)	(55.881)	(52.160)
Aluguéis e seguros	1.392	1.476	1.436	344
Depreciação e amortização	(29.927)	(19.200)	(11.323)	(12.730)
Depreciação de Direito de Uso - CPC 06 (IFRS 16)	(25.099)	(3.948)	(3.895)	(2.427)
Outros	(16.289)	(9.011)	(4.113)	(5.378)
	(248.827)	(170.173)	(124.183)	(128.233)

Notas Explicativas

30. Outras receitas (despesas operacionais)

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com concessão de serviços de telecomunicações	(4.206)	(3.834)	(4.206)	(3.834)
Constituição e reversão de provisões, líquido	(23.029)	(35.010)	(19.013)	(23.264)
Multas sobre serviços de telecomunicações e contratuais	35.073	24.140	15.172	14.810
Ganho/perda com imobilizado e intangíveis	(8.570)	(3.228)	(5.702)	2.715
Amortização de mais-valia	(2.007)	(2.025)	(2.007)	(2.025)
Recuperação de tributos	7.926	(279)	4.585	(254)
Crédito tributário de PIS, COFINS e INSS	17.612	25.855	10.997	-
Baixa de débitos com terceiros, prescritos	-	28.434	-	28.434
Comissão por transferência de cliente de TV	68	8.374	68	8.374
Baixa de recebíveis	-	(1.092)	-	1.510
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.997)	(595)	(351)	6.369
	16.870	40.740	(457)	32.835

31. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicação financeira	16.027	14.324	13.165	12.303
Juros sobre contas recebidas em atraso	5.052	5.609	3.391	3.865
Juros impostos, taxas e contribuições	8.407	190	7.706	125
Variações monetárias e cambiais	2.490	3.871	1.507	231
Reversões de provisões	7.609	4.971	6.063	3.500
Atualização monetária de créditos tributários	11.329	18.163	10.012	3.595
Outras receitas financeiras	10.403	7.076	5.883	6.146
	61.317	54.204	47.727	29.765
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(1.480)	(998)	(1.000)	(998)
Juros sobre debêntures e notas promissórias	(139.512)	(107.021)	(139.512)	(107.021)
Despesa com renegociação de cláusulas de emissões de debêntures e notas promissórias	-	(21.996)	-	(21.996)
Variações monetárias e cambiais	(79.612)	(31.583)	(75.934)	(30.198)
Descontos concedidos	(12.066)	(10.173)	(8.250)	(9.402)
Encargos sobre provisões, impostos e taxas	(69.791)	(42.689)	(63.257)	(39.678)
Taxas e tarifas bancárias	(14.270)	(14.487)	(13.592)	(13.628)
Despesas de Juros - CPC 06 (IFRS 16)	(42.049)	(32.867)	(30.108)	(24.623)
Outras despesas financeiras	(15.793)	(17.861)	(15.177)	(16.961)
	(374.573)	(279.675)	(346.830)	(264.505)
Resultado financeiro, líquido	(313.256)	(225.471)	(299.103)	(234.740)

Notas Explicativas

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e títulos de investimento.

O ativo da Companhia e controladas, avaliado como sujeito a risco de crédito, suscetível de eventual perda, são as contas a receber da operação. Na avaliação da Companhia, não há outros ativos relevantes sujeitos a esse tipo de risco.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência. O risco de crédito de contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos celulares e distribuição de cartões pré-pagos e cartões indutivos.

Contas a receber de clientes

O acesso dos clientes aos serviços de telefonia fixa é bloqueado parcialmente sempre que sua conta se encontrar sem pagamento há mais de 30 dias. Com mais de 60 dias de vencimento ocorre o bloqueio total. Os casos de exceções compreendem somente os serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O acesso dos clientes aos serviços de telefonia móvel celular é bloqueado parcialmente sempre que sua conta se encontrar vencida há mais de 15 dias. Com mais de 30 dias de vencimento ocorre o bloqueio total.

A velocidade da Banda Larga é reduzida quando a inadimplência desse produto atinge 22 dias e o serviço é bloqueado totalmente com 52 dias de atraso no pagamento da fatura.

A Companhia mantém limites de créditos para seus revendedores e distribuidores de cartões pré-pagos e indutivos, e para revendedores de aparelhos celulares, que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência, aplicando-se garantias com notas promissórias e outras garantias reais.

Notas Explicativas

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

O risco de crédito é minimizado através de uma criteriosa análise de crédito, definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Adicionalmente, a Administração da Companhia considera os riscos por região, através da análise histórica dos créditos com liquidação duvidosa.

O gerenciamento de riscos de crédito do contas a receber apresenta os seguintes aspectos por empresa:

- Na Companhia e nas controladas Algar Multimídia, Algar Soluções as receitas são pulverizadas através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos.
- Em razão da cisão do investimento da Companhia na Algar TI, em 2 de dezembro de 2019, a concentração de receita deixou de ser aplicável aos negócios atualmente consolidados.

b) Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a essas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida estão apresentados abaixo:

	31/12/2021				
	Consolidado e Individual				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:					
Debêntures e notas promissórias comerciais	2.673.436	3.293.830	1.191.550	1.168.642	933.638
Arrendamento mercantil financeiro	5.011	10.797	5.501	5.296	-
Obrigações com outorga ANATEL	58.857	157.259	7.056	13.192	137.011
Total	2.737.304	3.461.886	1.204.107	1.187.130	1.070.649

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração define as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, com base em critérios técnicos pré-estabelecidos pela Companhia, dentre eles rating mínimo, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos.

Notas Explicativas

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

A Companhia pode contratar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, a fim de gerenciar e diminuir os riscos de exposição às possíveis flutuações nas taxas de câmbio. Caso aplicável, são registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e pelas suas controladas para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

A Companhia e controladas não possuem exposição a variações de moeda estrangeira, relativamente a empréstimos e financiamentos, no exercício corrente, assim como não possuíam no exercício comparativo reportado nas presentes demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade - taxa de juros - empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de aplicações financeiras

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2020, averiguando-se o impacto no resultado financeiro, líquido dos rendimentos das aplicações financeiras para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Notas Explicativas**32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação**c) Risco de mercado--Continuação*Premissas para a análise de sensibilidade*

A Companhia efetuou a análise considerando os indexadores Taxa-DI e IPCA na data base de 31 de dezembro de 2021, extraído das seguintes fontes externas, respectivamente: Cetip, IBGE e Banco Central do Brasil.

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
DI (%)	9,15%	11,44%	13,73%
Resultado financeiro atrelado ao DI	134.354	167.942	201.530
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário	-	33.588	67.177

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA (%)	10,74%	13,43%	16,11%
Resultado financeiro atrelado ao IPCA	100.065	125.081	150.097
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário	-	25.016	50.032

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Selic (%)	9,25%	11,56%	13,88%
Resultado financeiro atrelado à Selic	5.444	6.805	8.166
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário	-	1.361	2.722

d) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos das empresas, assim como aos seus colaboradores, à tecnologia e à infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela auditoria interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

Notas Explicativas

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

e) Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas, incluindo a Companhia, são os de salvaguardar a sua capacidade e continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos gastos incorridos.

A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

f) Valores estimados de mercado

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas e são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

Títulos a receber de partes relacionadas - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente, quando aplicável.

Fornecedores - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (em moeda nacional e estrangeira) - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

Instrumentos financeiros derivativos - são mensurados pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período.

Notas Explicativas**32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação**f) Valores estimados de mercado--Continuação

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

	Classificação	31/12/2021			
		Consolidado		Individual	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e bancos	(a)	9.768	9.768	4.853	4.853
Aplicações financeiras (notas 4 e 5)	(a)	273.387	273.387	192.152	192.152
Contas a receber	(b)	666.387	666.387	366.618	366.618
		<u>949.542</u>	<u>949.542</u>	<u>563.623</u>	<u>563.623</u>
Passivo					
Debêntures	(b)	2.673.436	3.000.276	2.673.436	3.000.276
Fornecedores	(b)	415.477	415.477	217.900	217.900
Títulos a pagar	(b)	17.557	17.557	7.764	7.764
Arrendamento mercantil financeiro	(b)	5.011	5.283	5.011	5.283
Obrigações com outorga ANATEL	(b)	58.857	59.889	58.857	59.889
Provisão para investimento 5G	(b)	37.826	37.826	37.826	37.826
		<u>3.208.164</u>	<u>3.536.308</u>	<u>3.000.794</u>	<u>3.328.938</u>

(a) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;

(b) Custo amortizado.

g) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, bem como acompanham rigorosamente o cumprimento de índices (“*covenants*”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias.

Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

h) Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, são apresentados conforme tabela abaixo.

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas**32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação**h) Hierarquia de valor justo--Continuação

	Consolidado - 31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	9.768	-		9.768
Aplicações financeiras	-	273.387	-	273.387
		273.387	-	283.155
	Consolidado - 31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	4.746	-		4.746
Aplicações financeiras	-	609.660	-	609.660
	4.746	609.660	-	614.406
	Individual - 31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	4.853	-	-	4.853
Aplicações financeiras	-	192.152	-	192.152
		192.152	-	197.005
	Individual - 31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	4.143	-	-	4.143
Aplicações financeiras	-	531.296	-	531.296
	4.143	531.296	-	535.439

33. Segmentação por cliente - B2B e B2C

As informações financeiras consolidadas da Companhia são representadas por um único segmento identificado de Negócio, o segmento de “telecomunicações”.

Esse segmento representa a agregação dos resultados e do capital empregado nos serviços de telefonia fixa, internet banda larga, comunicação de dados, telefonia celular, produtos e serviços digitais e de valor adicionado, sendo as operações desenvolvidas pela Companhia e suas controladas Algar Multimídia, Algar Soluções, Smart e Vogel.

Em linha com sua estratégia de atuação, a Administração da Companhia utiliza a segregação comercial dos seus clientes como guia para a tomada de decisões e de acompanhamento de resultados.

A abertura das informações por tipo de cliente, pessoa jurídica e pessoa física, está sendo apresentada desde o terceiro trimestre de 2020 e é feita da seguinte forma:

Tipo de cliente	Descrição
B2B	Compreende os clientes pessoa jurídica de grande, médio e pequeno portes e outras empresas do mercado de Telecom.
B2C	Compreende os clientes pessoa física que fazem uso dos serviços de modo não profissional.

Notas Explicativas**33. Segmentação por cliente - B2B e B2C--Continuação**

Embora o modelo de gestão da Companhia e de suas controladas apresente uma segregação dos resultados com base no tipo e perfil do cliente, os ativos e a estrutura operacional como um todo são indivisíveis e são compartilhados nas diversas operações, de modo que uma única Unidade de Geração de Caixa - UGC é caracterizada e compreendida nesse contexto.

No quadro abaixo estão apresentadas as informações segregadas por cliente, modelo utilizado como um indicador de mercado na gestão do negócio da Companhia.

	31/12/2021			31/12/2020		
	B2B	B2C	Consolidado	B2B	B2C	Consolidado
Receita bruta	2.144.714	1.181.805	3.326.519	1.842.802	1.192.775	3.035.577
Receita líquida	1.660.454	927.953	2.588.407	1.422.461	928.310	2.350.771
Custos operacionais	(539.456)	(305.709)	(845.165)	(446.389)	(371.164)	(817.553)
Despesas comerciais	(282.789)	(170.562)	(453.351)	(246.917)	(152.418)	(399.335)
Despesas administrativas	(128.296)	(65.505)	(193.801)	(81.282)	(65.744)	(147.026)
Outras receitas e despesas operacionais	15.002	3.875	18.877	20.367	22.399	42.766
Depreciação e amortização	(321.425)	(273.536)	(594.961)	(263.293)	(250.463)	(513.756)

34. Resultado por ação

	Individual	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	229.505	202.376
Quantidade de ações ON no final do exercício	295.019.806	295.019.806
Média ponderada das ações	295.019.806	295.019.806
Resultado básico e diluído por ação ON (em R\$)	0,78	0,69

Notas Explicativas

35. Transações que não afetaram o caixa

Os saldos das principais transações de investimento que não representaram movimentações de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como segue:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aquisição de imobilizado e intangível, a pagar	138.103	51.387	53.682	17.519
Direito de uso de ativos – CPC 06 / IFRS 16, a pagar	121.546	276.073	89.394	242.026
Créditos de PIS, Cofins e INSS, conforme processos transitados em julgado	17.612	25.855	10.012	-
Aquisição de sociedade (Vogel) - parcela a prazo	2.000	-	-	-
Obrigações com outorga ANATEL	58.857	-	58.857	-
Provisão para investimento - 5G	37.826	-	37.826	-
Baixa de valores a restituir a acionistas	-	28.434	-	28.434
	375.944	381.749	249.771	287.979

36. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 2.368.484 para danos materiais e R\$ 2.141.500 para lucros cessantes; R\$ 18.000 para responsabilidade civil para as empresas, abrangendo a Companhia e suas controladas Algar Multimídia e Algar Soluções.

37. Eventos subsequentes

O Conselho de administração da Companhia aprovou em 13 de janeiro de 2022 a sua 12ª emissão de debêntures simples não conversíveis, da espécie quirografária, em até três séries, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 1.050.000.

Os recursos captados serão destinados ao alongamento de dívidas, investimentos em expansão e propósitos corporativos gerais da Companhia. Foram alocadas 735.000 debêntures na 1ª série, com vencimento em 7 anos e 315.000 debêntures na 3ª série, com prazo de 10 anos.

Notas Explicativas

38. Outras divulgações

Efeitos do Coronavírus nas informações financeiras

No segundo trimestre de 2020, a companhia, diante das incertezas de mercado advindas da pandemia e seus respectivos impactos para os demais períodos do ano, efetuou forte contingenciamento de gastos, beneficiando os resultados daquele período. Porém, em 2021, e de forma ainda mais arrojada a partir do segundo trimestre, retornamos às operações num ritmo e visão alinhados com a gradual normalidade que se avizinha. Sendo assim, a Companhia permitiu o aumento de gastos necessários para suportar a geração de crescimento e resultados futuros.

Até o momento, a administração da Companhia não tem conhecimento de outros novos fatores relevantes que estejam impactando as suas operações, em decorrência do atual contexto da Covid-19.

A Companhia continuará aplicando as suas medidas de gestão e de segurança, amplamente divulgadas, e poderá adotar novas ações ou adaptar as suas políticas, conforme as exigências e orientações das autoridades governamentais, sempre prezando pelo melhor interesse de seus acionistas, associados, clientes, fornecedores e demais tomadores de informações.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Algar Telecom S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Algar Telecom S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentaram-se adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Algar Telecom S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de receita de telecomunicações Por que é um PAAC Conforme descrito na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita líquida de venda de produtos e serviços de telecomunicações, dos componentes determinados como significativos, reconhecida pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.520.695 mil na controladora e R\$2.588.407 mil no consolidado. O processo de reconhecimento de receita da Companhia é complexo, devido ao volume de transações e gama de serviços que podem ser prestados. Além disso, há dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica, que inclui um grande número de aplicativos e sistemas. Adicionalmente, o processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada. Por estas razões, consideramos a receita líquida de venda de produtos e serviços de telecomunicações, dos componentes significativos, como uma área de foco em nossa auditoria. Com base nesses fatores, consideramos a receita de produtos e serviços de telecomunicações como um assunto importante na auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receita, dos componentes significativos. ii) Avaliação e teste de controles dos sistemas informatizados considerados relevantes com uso de nossos especialistas, para os quais destacamos: a) A execução de testes relacionados à segurança da informação, à gestão de acessos e à segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras, incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável. b) Testes específicos para o faturamento de voz e dados pela plataforma operacional da Companhia. c) Testes de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação do reconhecimento de receita. iii) Realização de procedimentos analíticos substantivos, com a finalidade de avaliar a valorização do reconhecimento da receita de serviços. iv) Realização de teste de transações de receitas de vendas de mercadorias, em base amostral, inspecionando a correspondente documentação suporte. v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno automatizados relacionadas ao reconhecimento de receita, para as quais evidências mitigatórias foram apresentadas pela Companhia. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a receita de telecomunicações e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Capitalização ao ativo imobilizado Por que é um PAAC Diante do montante envolvido, conforme descrito na nota explicativa nº 11, e da dispersão dos investimentos no ativo imobilizado pela Companhia, consideramos a capitalização de gastos ao ativo imobilizado como um assunto importante em nossa auditoria, pois podem ocorrer erros na determinação e eventual capitalização de gastos não qualificáveis principalmente relacionados a serviços de terceiros em andamento. Por sua representatividade, a capitalização ao ativo imobilizado é considerada relevante pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes adotados pela Administração para segregação e capitalização ao ativo imobilizado. ii) Execução de procedimentos substantivos, por amostragem, com a finalidade de avaliar a valorização e alocação dos gastos segregados e capitalizados ao ativo imobilizado. iii) Desafio às premissas utilizadas pela Administração na determinação e segregação dos gastos capitalizados, e iv) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas ao processo de capitalização no ativo imobilizado, para as quais evidências mitigatórias foram apresentadas pela Companhia. Ajustes que afetariam os valores relacionados a capitalização foram identificados. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as capitalizações ao ativo imobilizado e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Combinação de negócios Por que é um PAAC Conforme descrito na nota explicativa nº 1.a às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou transação que envolveu combinação de negócios. A determinação do valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e a determinação do ágio envolveu julgamentos e estimativas relevantes da Administração e seus especialistas. Tais julgamentos e estimativas utilizam dados e premissas subjetivas, como previsões de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto, dentre outras. Os valores envolvidos, assim como uso de estimativas e julgamentos relevantes na mensuração dos ativos adquiridos e nos passivos assumidos, podem ter impacto relevante na determinação da alocação do preço de compra. Por isso, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) O entendimento dos processos estabelecidos pela Administração, incluindo os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais

premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, comparando-as com informações históricas disponíveis, com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação, conforme aplicável, e com os contratos de compra e venda do negócio adquirido.ii) Avaliamos a competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela Administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócio.iii) Checamos os impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.iv) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas transações e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. * Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos

esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 22 de fevereiro de 2022 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 Paulo de Tarso Pereira Jr. Contador CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a diretoria estatutária da Algar Telecom S/A declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, declara que tomou conhecimento das demonstrações financeiras, ora disponibilizadas, e expressa aqui a sua concordância com as mesmas. Uberlândia, 22 de fevereiro de 2022. Jean Carlos Borges Diretor Presidente Tulio Toledo Abi-Saber Diretor Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Jurídico Osvaldo Cesar Carrijo Diretor Vice-Presidente de Negócios e Diretor de Negócios Atacado Luis Antonio Andrade Lima Diretor de Operações e Tecnologia Ana Paula Rodrigues Diretora de Gente e Relacionamento com Clientes Renato Paschoareli Diretor de Estratégia e Regulatório

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a diretoria estatutária da Algar Telecom S/A declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, declara que tomou conhecimento das demonstrações financeiras, ora disponibilizadas, e expressa aqui a sua concordância com as mesmas. Uberlândia, 22 de fevereiro de 2022. Jean Carlos Borges Diretor Presidente Tulio Toledo Abi-Saber Diretor Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Jurídico Osvaldo Cesar Carrijo Diretor Vice-Presidente de Negócios e Diretor de Negócios Atacado Luis Antonio Andrade Lima Diretor de Operações e Tecnologia Ana Paula Rodrigues Diretora de Gente e Relacionamento com Clientes Renato Paschoareli Diretor de Estratégia e Regulatório